



RELATÓRIO MENSAL

Novembro/2025

A PRISÃO DE BOLSONARO

**- o pacto de hipocrisia
e omissão**



RESUMO GERAL

Em novembro, as análises aprofundaram a percepção da crise institucional e econômica nacional, com foco predominante em **Política e Economia Nacional** (17 relatórios) e as suas consequências em **Soberania Nacional e Influência Externa** (11 relatórios). O eixo central foi a armadilha da ortodoxia econômica, o uso abusivo de verbas para propaganda, a falta de firmeza ideológica de lideranças, a politização da Justiça e a prisão de Bolsonaro como ferramentas de controle político.

O mês expôs também o descolamento entre o governo e a realidade produtiva do país, onde a dependência externa, o servilismo às finanças verdes e o endividamento se tornam instrumentos de dominação, refletindo na perda de autonomia nacional. A soberania é diretamente impactada, seja pela influência de agendas externas como a ambiental e as "doações verdes", seja pela pressão de atores internacionais e ONGs estrangeiras, que colocam em xeque a industrialização, a exploração de recursos e a independência energética do Brasil.

Segurança Pública e Crime Organizado (6 relatórios) detalhou a consolidação de um narcoestado, com expansão das facções criminosas, zonas de exclusão e cumplicidade sistêmica. **Tecnologia e Guerra de Informação** (1 relatório) apontou a recalibração do controle estatal via Drex sob influência global. As análises mostram a consolidação de um ambiente onde o debate é sufocado, a soberania se erode e a separação de poderes é trocada por um teatro de poder sem ideia de futuro.



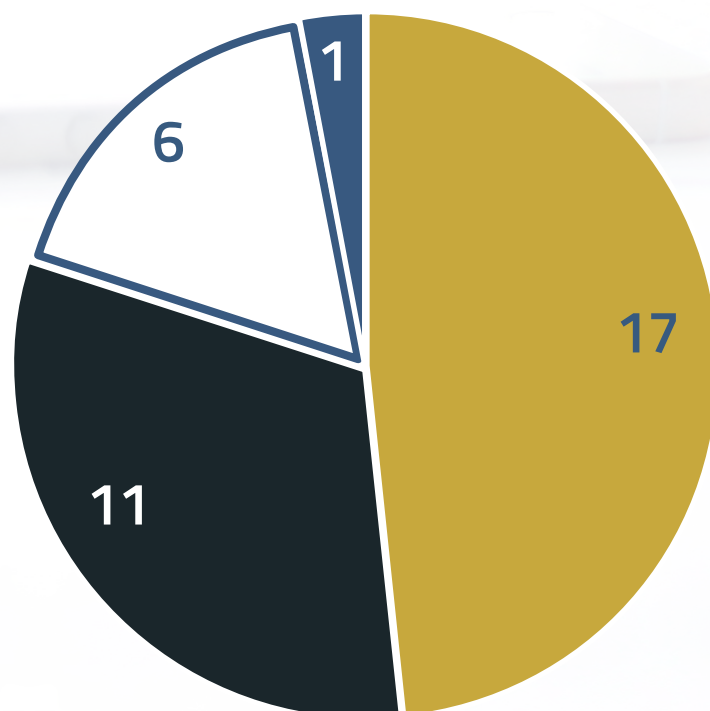
RESUMO GERAL

POLÍTICA E ECONOMIA NACIONAL

SOBERANIA NACIONAL E INFLUÊNCIA EXTERNA

SEGURANÇA PÚBLICA E CRIME ORGANIZADO

TECNOLOGIA E GUERRA DE INFORMAÇÃO



O mês de novembro aprofunda a análise de uma crise institucional e econômica que se manifesta na armadilha da ortodoxia econômica, no uso abusivo de verbas para propaganda e na falta de firmeza ideológica de lideranças políticas. A ausência de visão estratégica do Estado, o esvaziamento da autoridade legítima e a politização da Justiça emergem como ferramentas de dominação, transformando a desordem em sistema e convertendo o Direito em instrumento de poder. A redução da política à lógica empresarial, o colapso fiscal oculto e a prisão de Bolsonaro revelam um pacto de hipocrisia e omissão, intensificando a erosão do Estado de Direito, a covardia da oposição e a brutalização da vida pública, que adiam a construção de um projeto nacional de harmonia de interesses, desenvolvimento produtivo e soberania institucional.

POLÍTICA E ECONOMIA NACIONAL



RESUMO GERAL

17

POLÍTICA E ECONOMIA NACIONAL

SOBERANIA NACIONAL E INFLUÊNCIA EXTERNA

SEGURANÇA PÚBLICA E CRIME ORGANIZADO

TECNOLOGIA E GUERRA DE INFORMAÇÃO

1/Novembro

É possível desenvolver o Brasil seguindo a ortodoxia econômica do consenso de Washington?



4/Novembro

Lula prioriza marketing eleitoral enquanto o Brasil afunda

6/Novembro

Frases ambíguas e desculpas oportunistas: o jogo de Ciro Nogueira e Tarcísio

8/Novembro

O Estado como articulador da harmonia de interesses

11/Novembro

A desordem social como sistema

12/Novembro

Por que o BNDES não financia a energia nuclear?

13/Novembro

O oásis de gesso da Faria Lima

15/Novembro

Aos amigos, tudo. Aos inimigos, a lei.

17/Novembro

O CEO da mediocridade

20/Novembro

A política fiscal do governo consome o futuro do Brasil

22/Novembro

E o Brasil do futuro nunca chegou

22/Novembro

A prisão de Bolsonaro — o pacto de hipocrisia e omissão

23/Novembro

A suprema injustiça

24/Novembro

O plano é não ter um plano?

25/Novembro

Meros parlamentares

26/Novembro

A lei está morta

27/Novembro

Discursos nas redes e movimentos nas sombras



É possível desenvolver o Brasil seguindo a ortodoxia econômica do consenso de Washington?

A história econômica brasileira mostra que a dificuldade de criar um projeto nacional de desenvolvimento econômico não começa com a “redemocratização” (sic), mas é um problema que se arrasta por mais de um século. Já na Primeira República, depois da distribuição de crédito promovida por Rui Barbosa, o país aceitou um ajuste duro – principalmente com a renegociação da dívida em libras em 1898 – que colocou no centro da política econômica a obrigação de pagar a dívida externa, estabilizar o câmbio e dar segurança ao credor estrangeiro. Para isso, o governo cortou gastos, aumentou tributos e empenhou receitas das alfândegas. Ganhou acesso ao capital, mas ao custo de comprimir investimento e de subordinar a política econômica a uma conta muito simples: antes de qualquer coisa, paga-se o credor externo, reduzindo toda a economia política nacional à criação de um ambiente confiável para os tomadores de dívida do Estado.

Um século depois, quando a América Latina adota a cartilha que ficou conhecida como Consenso de Washington, o roteiro se repete com outros atores e novas palavrinhas muito bonitas, como governança global, multilateralismo e responsabilidade fiscal.

Agora, o planejamento da economia não é arquitetado pelos bancos credores, mas pelo FMI ou pelo Banco Mundial: para ter financiamento, o país deve fazer superávit primário, abrir a conta de capitais, privatizar, reduzir o papel do Estado planejador da economia e da harmonia de interesses; tudo gira em torno de garantir que o serviço da dívida seja honrado integralmente. A elevação violenta dos juros nos Estados Unidos, com o choque Volcker, no início dos anos 1980, fez o serviço da dívida externa do Brasil disparar e empurrou o país para dentro desse regime. Em vez de discutir como financiar indústria, tecnologia e infraestrutura, passou-se a discutir como gerar dólares



e superávits para pagar encargos antigos.

Esse tipo de ortodoxia parte da ideia de que o Estado é apenas um devedor potencialmente gastador e, portanto, precisa ser contido. O problema é que países em desenvolvimento precisam exatamente do contrário: um Estado capaz de coordenar crédito de longo prazo, de proteger setores nascentes e de investir à frente da demanda.

Quando a prioridade fiscal é permanente e rígida, o orçamento fica travado em juros, aposentadorias de regimes antigos e contratos de serviços públicos privatizados, deixando pouco espaço para investimento público e para políticas industriais. Forma-se, assim, um sistema piramidal com rentistas no topo – bancos, fundos, concessionárias, detentores de títulos – que recebem primeiro e em moeda forte ou indexada, enquanto a indústria nacional, a ciência,

a agricultura de maior valor agregado e os serviços produtivos ficam com o resíduo. Juros altos e câmbio instável empurram o empresário a aplicar em títulos ou a comprar ativos existentes, em vez de construir fábricas e expandir suas operações, porque a recompensa financeira de curto prazo é maior e o risco político e cambial é menor. O resultado é o crescimento sem transformação: o PIB até pode subir com commodities e consumo, mas a base produtiva não se aprofunda, não se diversifica e não desenvolve a economia real.

Como desenvolver um país que planeja sua economia exclusivamente para cumprir seus compromissos com a classe rentista? É preciso articular um projeto nacional de desenvolvimento da economia real. Austeridade fiscal e assistencialismo estatal não são remédios eficazes para a falta de produtividade enquanto nação. ■



Lula prioriza marketing eleitoral enquanto o Brasil afunda

Não é surpresa para ninguém que o governo Lula 3 tem o condão de transformar dinheiro público em uma máquina de propaganda, especialmente agora, às vésperas de 2026. Em um país onde milhões vivem na miséria, sem acesso a saneamento básico, com hospitais do SUS lotados e sucateados, e com a violência urbana explodindo, o Planalto opta por torrar fortunas no rádio, na TV, em anúncios digitais e campanhas nas redes sociais.

A SECOM já despejou R\$ 69 milhões em publicidade digital até outubro de 2025, um salto de 110% em relação ao mesmo período de 2024.

Isso não é investimento em comunicação governamental, é marketing político puro, financiado pelo suor do contribuinte para maquiar uma gestão marcada por ineficiência e omissão.

De janeiro a outubro de 2025, a mesma SECOM gas-

tou R\$ 197 milhões no total com publicidade, segundo dados oficiais do Portal da Transparência.

O aumento não é casual: coincide com o ano pré-eleitoral, quando o PT precisa reconquistar corações e mentes depois das derrotas nas eleições municipais de 2024.

Mas o absurdo não para aí. Em apenas quatro dias, o governo federal gastou pelo menos R\$ 454 mil em campanhas nas redes sociais para pegar carona na "megaoperação policial" no Rio de Janeiro. Anúncios pagos no Instagram e Facebook mostravam helicópteros, fuzis e policiais em ação, com legendas como "O governo federal age com força contra o crime organizado".

Ironia pura: o governador Cláudio Castro pediu três vezes apoio federal e foi ignorado. E quando Castro foi à TV dizer que os pedidos haviam sido negados, o



ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, disse que não era verdade. Os “analistas políticos” foram correndo defender o governo e criticar o governador carioca. Castro mostrou os ofícios. O ministro de Lula foi pego na mentira, mas isso não fez diferença, logo deixaram o assunto de lado. A verdade que incomoda ao Planalto e se refletiu nas pesquisas feitas logo após a operação é uma só: Lula saiu com a imagem arranhada. Só após o caos nas ruas, veio a “resposta” – e, junto, a propaganda para colher dividendos eleitorais. É o velho jogo: federaliza o sucesso, estadualiza o fracasso.

E quem lucra? Influenciadores digitais alinhados ao governo, agências de publicidade ligadas ao PT e veículos de imprensa que recebem verbas milionárias.

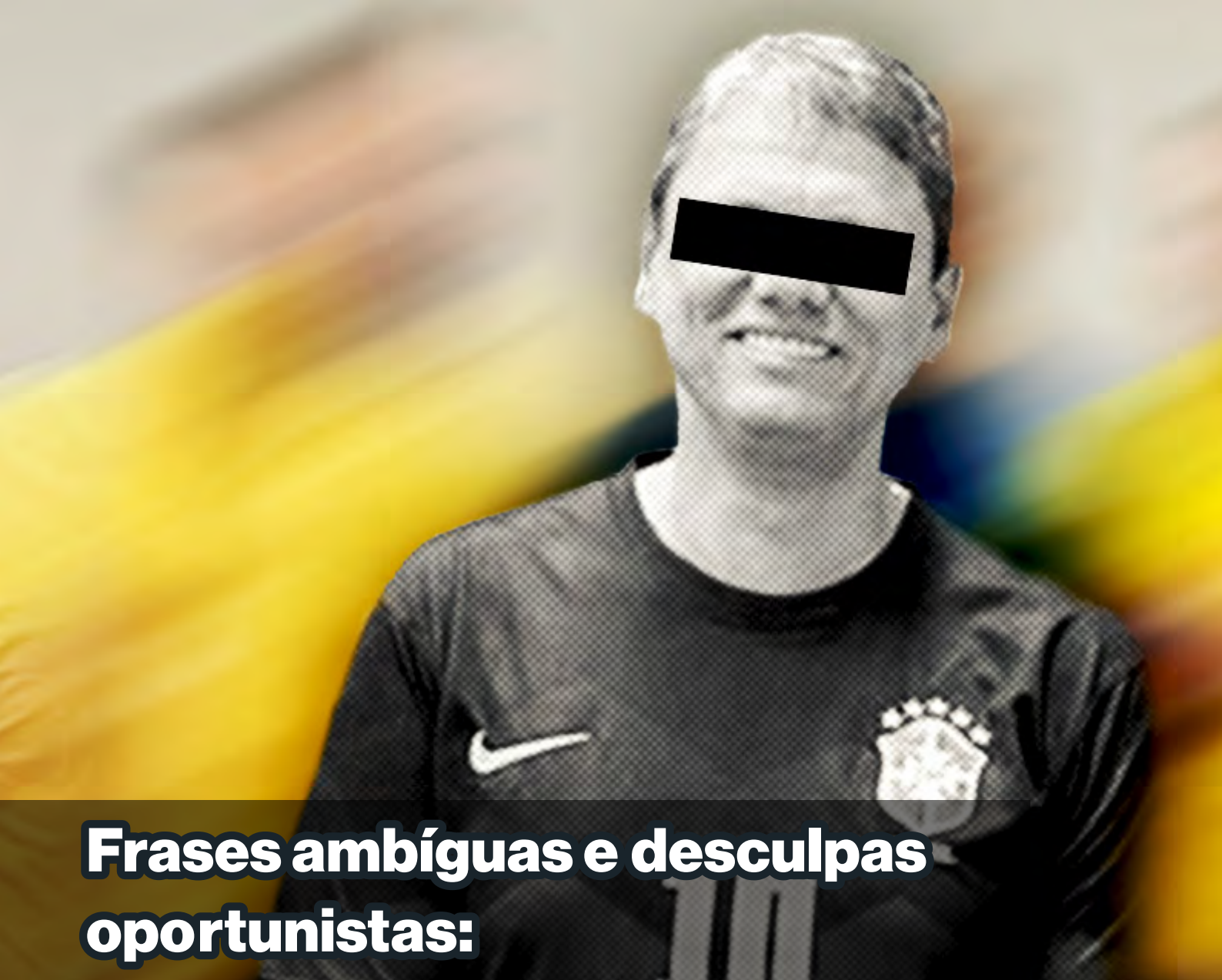
Enquanto isso, o Bolsa Família sofre contingenciamentos, o Minha Casa Minha Vida tem entregas atrasadas em 40%, com R\$ 5 bilhões bloqueados, e o SUS segue com falta de medicamentos oncológicos

e com UTIs lotadas – o orçamento da Saúde cresceu míseros 3% acima da inflação, insuficiente para uma população de 203 milhões.

A operação no Rio é o exemplo perfeito da estratégia lulista: mostrar músculos na TV e nas redes, mas fugir das causas reais da violência. As facções criminosas – PCC, Comando Vermelho e milícias – controlam 26% do território nacional, segundo relatórios do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Elas dominam presídios superlotados, traficam armas e lavam dinheiro em cassinos ilegais.

A realidade é que o povo paga a conta para ser enganado nas mídias.

Um comportamento irresponsável e cínico. O Brasil não aguenta mais propaganda. Em 2026, que o eleitor lembre: quem precisa gastar bilhões em marketing, tem medo da verdade nas urnas. ■



Frases ambíguas e desculpas oportunistas:

o jogo de Ciro Nogueira e Tarcísio

Ciro Nogueira soltou a frase “NOSSO camisa 10 voltou!” em seu perfil no X, gerando dúvidas sobre quem seria o tal “camisa 10”. Neymar não foi convocado, Jair Bolsonaro está preso, Eduardo Bolsonaro está nos Estados Unidos e Flávio Bolsonaro não fez movimentos políticos relevantes. Assim, uma opção plausível seria o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas.

No dia da publicação da frase de Ciro Nogueira, Tarcísio foi o único que registrou movimentos políticos concretos, conforme noticiado por Daniela Lima: contratou equipe de campanha e vem sendo abastecido com temas, posicionamentos e estratégias, inclusive por pesquisas contratadas pelo partido de Ciro. Isso reforça a interpretação de que o “camisa 10” era ele. Para tentar apagar o fogo que ele mesmo acendeu, Ciro recorreu a uma entrevista à revista Veja para dizer que se referia a Lula. Se fosse isso, poderia ter afirmado de forma clara

desde o início, mas preferiu o mistério, o que pode ser visto como uma tentativa de ganhar atenção sem assumir compromissos reais.

No seu estado, o Piauí, Ciro aparece em terceiro lugar na disputa para o Senado, atrás dos principais concorrentes, o que torna sua reeleição uma tarefa complicada. Sua última cartada é se valer da recém-criada federação União Brasil/PP — a União Progressista — para garantir a vaga de vice na chapa presidencial de Tarcísio. Embora Tarcísio negue publicamente a candidatura, ele conta com Ciro como seu principal cabo eleitoral, revelando uma aliança pragmática que prioriza a sobrevivência.

Quanto a Tarcísio, a polêmica não é menor. No 7 de setembro, em discurso na Avenida Paulista, ele, pela presença do público presente, chamou o ministro Alexandre



de Moraes de "tirano" e criticou duramente a atuação do STF, mas o contexto mostrava um claro constrangimento – o que se provou uma crítica mais oportunista do que convicta. Pouco tempo depois, o próprio Tarcísio pediu desculpas publicamente a Moraes, deixando claro que o ataque feito em cima do caminhão foi apenas uma estratégia para aproveitar o momento, não um posicionamento firme.

Além disso, ambos, Tarcísio e Ciro, não fizeram muita força pela anistia, o que causa estranheza em se tratando do ex-chefe da Casa Civil de Jair Bolsonaro e do governador do estado mais importante do país, eleito com a bênção do ex-presidente. Em vez de utilizarem seu peso político pela anistia aos presos políticos do 8 de janeiro, mostraram simpatia pela dosimetria das penas, aceitando que Bolsonaro e seus seguidores continuem presos e perseguidos, o que passa à militância

uma falta de coragem para enfrentar o sistema e defender princípios contra o ativismo judicial.

Mas essa covardia política e o jogo nas sombras não enganam a base. Oscilar entre ataques circunstanciais e recuos oportunistas, buscando enganar o eleitor conservador em vez de oferecer liderança firme, transparente e convicta; longe de aproximá-los da base, os distancia irremediavelmente. O bolsonarismo e a verdadeira direita não aceitam políticos que se escondem atrás de frases ambíguas, manobras midiáticas, pedidos de desculpas convenientes ou cálculos políticos.

Enquanto Ciro articula para garantir seus interesses pessoais e Tarcísio se esquia conforme a conveniência, o eleitor bolsonarista percebe a encenação e o silêncio cúmplice diante da perseguição judicial, o que definitivamente não o representa. ■



O Estado como articulador da harmonia de interesses — uma política de industrialização para mudar o horizonte nacional no trabalho e no consumo

O debate público brasileiro tem o vício de discutir a teoria do Estado em dois planos: Estado assistencialista ou Estado mínimo.

O Estado assistencialista supostamente é defendido pela esquerda, enquanto a direita defenderia um Estado enxuto e com poucas atribuições, reduzindo suas intervenções na economia e na sociedade.

Nessa perspectiva binária, simplista, o Estado nacional está privado de seu papel político e articulador, reduzido a um aparato burocrático que apenas pesa financeiramente sobre o cidadão pagador de impostos.

Este nunca foi o papel da pólis, da civitas ou do Estado nacional – uma entidade neutra, burocrática e reduzida ao poder de criar normas e sancionar quem as desobedece.

Tal teoria do Estado é obviamente fruto da sujeição das instituições políticas à ortodoxia econômica do Consenso de Washington.

Mas o Estado nacional, como entidade política, não deve apenas impor seu poder por meio da burocracia, mas também articular, unir e harmonizar interesses econômicos; construir e manter a soberania; promover emprego para trabalhadores e ampliar oportunidades para empresários.

Essa harmonia de interesses não nasce de um apelo moral abstrato, mas de uma arquitetura econômica concreta baseada na associação produtiva: quando trabalho, capital, tecnologia e consumo se aproximam em cadeias diversificadas, ancoradas por instituições estáveis e conectadas por infraestrutura eficiente, os incentivos que costumam parecer opostos começam a se alinhar.

O Estado aparece, nesse quadro, não como substituto da empresa nem tutor permanente da sociedade, mas como articulador dessa associação: um coordenador que reduz incertezas, corrige falhas de coordenação e provê bens coletivos sem os quais o investimento privado não amadurece.



O trabalho é cumulativo. Primeiro, é preciso equalizar condições de concorrência quando a indústria nascente não consegue enfrentar, de saída, competidores já estabelecidos do mercado internacional, o que pode exigir, em nome da harmonia de interesses, o auxílio do Estado enquanto poder político, que busca manter os empregos e a economia real em um fluxo dinâmico.

Assim, o Estado não atua como burocracia a serviço dos interesses do establishment, mas como organizador de crédito de longo prazo, com estabilidade, pois setores de maturação lenta — bens de capital, química, eletrônica, fármacos — requerem paciência financeira que o mercado, isoladamente, raramente oferece.

É preciso compreender que a economia real não é tão simples e dinâmica como é a economia financeirizada, que faz fluir o capital de empresas capengas para empresas com possibilidade de crescimento por meio do mercado de ações. A economia real e produtiva move infraestrutura, mão de obra qualificada, tecnologia e uma

cadeia de processos que não é simples de estabelecer.

A diferença entre política industrial e favor setorial está no contrato: apoio em troca de desempenho e difusão tecnológica, não em função de lobbies.

O Estado pode atuar para fomentar o setor produtivo, também pensando na mudança do horizonte de consumo e no desenvolvimento da cidadania.

Uma política de industrialização que articule interesses sociais e econômicos pode criar uma nova classe média com meios de reivindicação e exercício do poder político.

Harmonizar interesses, estabilizar o ambiente de negócios com segurança jurídica e aliviar o peso regulatório pode muito bem desenvolver o Brasil dos sonhos. Um país com mais dignidade para o trabalhador, mais oportunidade para o empreendedor e prosperidade para toda a nação. ■



A desordem social como sistema

Que o Brasil vive uma crise não é novidade para ninguém. E a crise não é só mais uma fase ruim na política ou na economia. O que estamos vivendo é o desaparecimento da própria ideia de autoridade como pilar para organizar a vida em sociedade.

O que aconteceu no país foi um movimento pendular onde, depois de décadas de um poder centralizador que abafava qualquer debate, não evoluímos para uma democracia forte e equilibrada; ao invés disso mergulhamos de cabeça no extremo oposto: a cultura da "anti-autoridade", da paralisia de decisão. O que redundou no pior de dois mundos: uma falsa liberdade convivendo com a tirania do caos. E isto é consequência de um projeto que, com a desculpa de "democratizar", foi desmontando sistematicamente as bases das autoridades legítimas do país. Institui-

ções que sempre agiram como cola social - a família, a escola, a polícia, a justiça - foram esvaziadas. No lugar delas, ficou uma máquina burocrática gigante e inútil, onde a responsabilidade se dilui até ninguém ser culpado de nada.

A desordem virou, ela mesma, o sistema. O Brasil, ao viver sem um rumo que nos una, vê sua sociedade virar um amontoado de gente desconectada, cada um lutando apenas para sobreviver ao dia de amanhã. No fim das contas, a percepção do cidadão comum é a de abandono total. Ele não sabe a quem recorrer, não vê responsáveis, não enxerga uma luz no fim do túnel. A classe média empobrece vendo os mesmos políticos de sempre jogando seu jogo de cadeiras, enquanto os mais pobres são jogados no desespero, sem dinheiro e, pior, sem a esperança de que a ordem



e a justiça possam um dia voltar.

O Brasil vive uma espécie de convulsão. Cada parte do corpo social se debate para um lado, de forma violenta e sem sentido. Não existe um projeto de futuro compartilhado; só existe a batalha desesperada para não afundar no presente.

Toda essa fragmentação foi incentivada por uma hegemonia de ideias que domina por décadas as universidades, a grande mídia e o próprio Estado – vendem um discurso de que toda autoridade é opressora, toda hierarquia é errada e a política é só um campo de batalha eterno entre grupos.

O resultado é uma sociedade movida à desconfiança e falta de cooperação. O que se estimula é o nosso pior: a ganância sem freios, a corrupção normalizada, o levar vantagem como ideal de vida. Não criamos uma sociedade funcional, e sim um grande amontoado de

pessoas cuja regra é o "salve-se quem puder".

Notar tudo isso de forma clara não é pessimismo. É realismo. A crise não será resolvida com pequenos ajustes ou trocando um ministro por outro. O que o Brasil precisa é de uma reconstrução, um projeto de país que restabeleça autoridade e ordem como a base indispensável para qualquer crescimento real.

Isto significa resgatar a autoridade legítima – aquela que não vem só da força, mas da competência, do mérito e da responsabilidade. Significa ter instituições que funcionem de verdade, onde as leis saiam do papel. E, acima de tudo, significa dizer um "basta" a essa cultura do "tanto faz" que destrói valores. Somente uma ideia forte, uma causa capaz de nos unir em torno de um objetivo comum, poderá nos tirar deste mar de mediocridade. Precisamos voltar a construir uma civilização onde ordem e justiça social não sejam inimigas, mas duas faces de um país que quer se reencontrar. ■



Por que o BNDES não financia a energia nuclear?

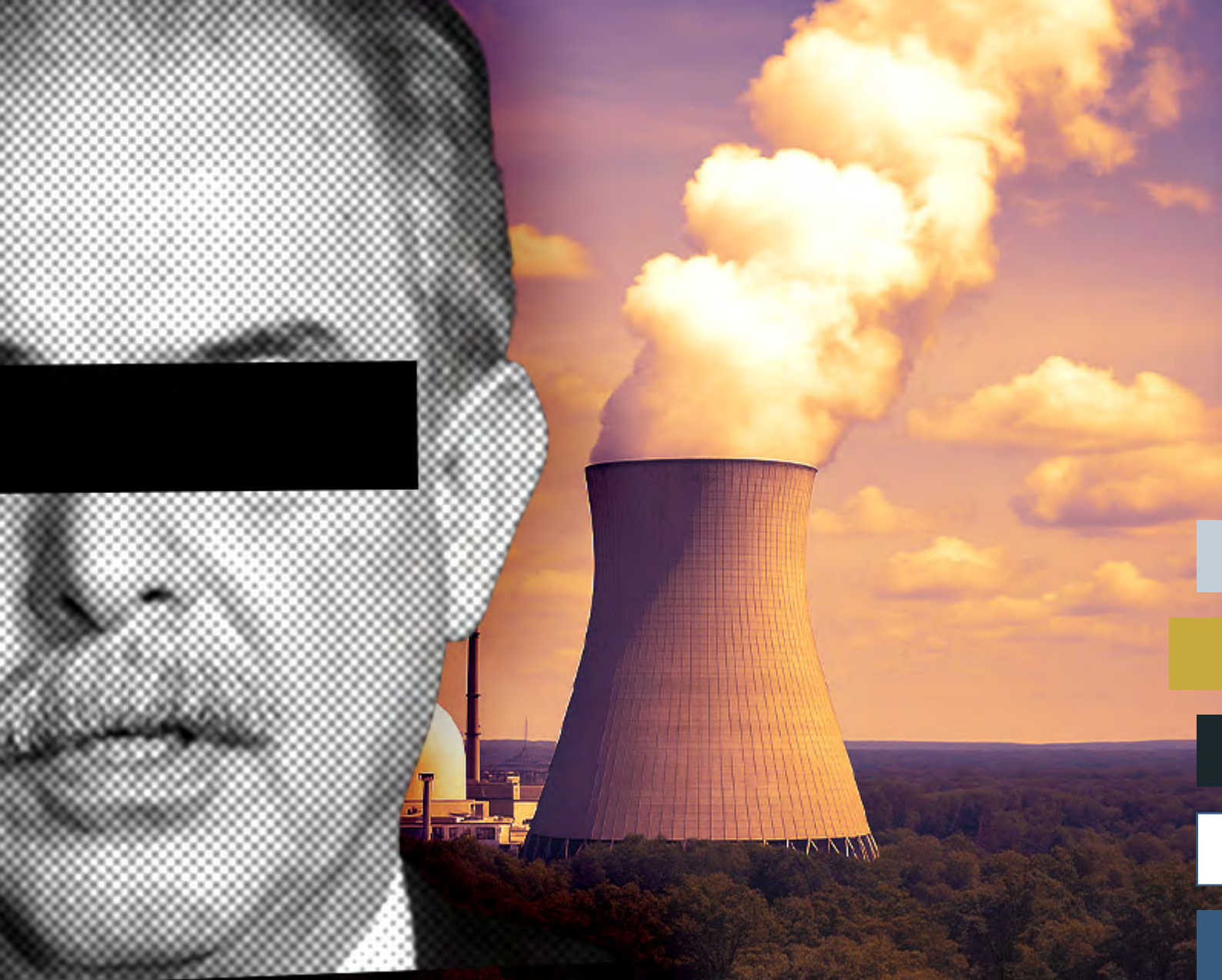
Por: Lorenzo Carrasco e Geraldo Luís Lino

Na Cúpula dos Líderes da COP30, ocorrida em 6 e 7 de novembro, em Belém (PA), o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, jactou-se de que o banco já mobilizou R\$ 7 bilhões desde 2023 para projetos de conservação, recuperação e manejo de florestas no Brasil. Segundo ele, o maior investimento do banco no setor florestal, combinando recursos reembolsáveis e não reembolsáveis.

“O restauro florestal é uma solução baseada na natureza, uma tecnologia que a humanidade já domina e que se mostrou extremamente eficiente para cap-

turar carbono. Mas vai além disso: é uma forma de recompor a biodiversidade, gerar emprego e renda e reconstruir a vida das comunidades locais a partir da floresta”, afirmou.

Nada contra o restauro florestal, se inserido em uma política de desenvolvimento abrangente que o combine com o desenvolvimento de atividades produtivas que possibilitem o aproveitamento pleno dos recursos naturais da Amazônia Legal, e não apenas com a motivação mais que equivocada de “capturar carbono”. Mas é difícil não pensar que os recursos do



BNDES poderiam e deveriam ser alocados em áreas mais consentâneas com o imperativo de otimizar as atividades produtivas e a reversão da “reprimarização” da economia brasileira, inclusive, com tecnologias de ponta, de modo a provocar um efeito de disseminação de complexidade e multiplicação de valor, sem o qual será impossível retirar o Brasil da chamada “armadilha da renda média”.

Um exemplo é a energia nuclear, estagnada há décadas por conta da miopia estratégica das lideranças políticas em sucessivos governos. O impasse em torno da conclusão da usina Angra 3, que se arrasta há décadas, é um caso emblemático. A virtual insolvência da Eletronuclear é outro. Idem para o projeto do Reator Multipropósito Brasileiro, crucial para assegurar a autossuficiência em radioisótopos para usos médicos e outros, aguardando há década e meia uma decisão que o tire do papel. Sem falar no Laboratório de Fusão Nuclear (LFN), projeto da Comissão Nacional de Ener-

gia Nuclear (CNEN) que data de 2013, igualmente bloqueado pela falta de vontade política e recursos.

Um orçamento atualizado pela CNEN em 2021 estabelece o custo do projeto da seguinte maneira: R\$ 150 milhões para a construção do LFN; R\$ 50 milhões para a modernização dos reatores de pesquisa (tokamak) existentes em universidades e centros de pesquisa nacionais; e US\$ 100 milhões ao longo de nove anos, para o desenvolvimento e construção de um protótipo de reator de fusão. Valores que representam pouco mais de 10% do destinado pelo BNDES no restauro florestal e muito inferiores aos investidos na área por petroleiras como a ENI, Equinor e Chevron, e pelo recém-convertido ao realismo climático Bill Gates. Com recursos combinados do BNDES e, tentativamente, da Petrobras (que acaba de anunciar o pagamento de R\$ 12 bilhões de dividendos no trimestre, no que desde 2016 parece constituir-se a sua meta principal), seria possível dar partida a um projeto de relevância vital para o País. ■



O oásis de gesso da Faria Lima

Nos corredores do mercado financeiro, a única realidade que parece importar é a que pisca em verde nos terminais da B3. Enquanto eles celebram recordes - como o Ibovespa superando 157 mil pontos numa sequência histórica de altas -, a nação experimenta uma fratura existencial. A mais recente pesquisa IBESPE de novembro de 2025 não foi um mero levantamento de opinião, mas um retrato do atestado divórcio irreconciliável entre o Brasil que sente a dor da desordem que o governo impõe, e a elite econômica que lucra com a normalização dessa barbárie. A questão já ultrapassou o antigo limiar: não nos perguntamos mais se o mercado ainda está otimista, e sim por que a sua prosperidade se alimenta da negação da realidade dos brasileiros mais sofridos.

Essa crise é o resultado maduro de um longo processo de inversão de valores, precisamente o fenômeno que Edmund Burke diagnosticou como o âmago da

ideologia revolucionária: a demolição das tradições e instituições que garantem a ordem em nome de uma abstração ideológica. No Brasil, essa engenharia social encontrou sua perfeita tradução no projeto de hegemonia cultural implementado pelo PT e seus satélites por décadas. Ao capturar a academia, a imprensa e as instituições, a esquerda logrou deslegitimar a autoridade do Estado e reconfigurar a moral nacional, transmutando o criminoso em vítima e a força da lei em opressão.

Os efeitos desse projeto são hoje visíveis a olho nu e mensuráveis em qualquer métrica. Enquanto 72,8% dos brasileiros clamam para que o crime organizado seja tratado como terrorismo, o governo federal se recusa a fazê-lo, recorrendo a sofismas sobre "soberania" para proteger facções que impõem um terror muito mais imediato e brutal aos seus cidadãos. A condenação repetida e veemente das operações policiais contra traficantes,



como a ocorrida no Rio de Janeiro, não é um deslize, mas a expressão coerente de uma visão de mundo que enxerga no aparato de segurança do Estado o verdadeiro inimigo. O Estado, atuando de caso pensado em um plano que claramente não envolve o bem estar de quem mais precisa dele, recua, e o vácuo de poder é preenchido pela barbárie do narcoterrorismo.

É neste exato contexto de degradação social que o paradoxo do mercado financeiro se revela em sua plenitude. A euforia especulativa trata o colapso do contrato social como simples ruído, uma variável irrelevante para o fechamento de balanço trimestral. A aliança profana entre um mercado desenraizado da vida do povo e o progressismo cultural se mostra cada vez mais real. Na sua miopia tecnocrática, os banqueiros celebram ganhos cada vez maiores enquanto ignoram, e até se beneficiam, da erosão dos alicerces culturais e institucionais que o país precisa

para se entender e funcionar como nação. E assim se forma um pacto onde se aceita a anomia e a desintegração do tecido social em troca da manutenção de uma agenda econômica de curto prazo que sustenta a bolha financeira.

A prosperidade da Faria Lima, quando se recusa a tirar a trava dos olhos para enxergar a situação catastrófica do país, é parasitária e construída sobre um oásis de gesso. Ela se nutre de um país que pede socorro, ignorando que os mesmos portões de condomínio que hoje protegem seus executivos não vão ser capazes de conter o caos quando o contrato social for rasgado de vez. A festa na bolsa de valores não é o prenúncio de um futuro brilhante pro país. Ela está mais para uma trilha sonora para a admissão do Brasil nação à UTI, enquanto uma pequena elite dança sobre os escombros, confundindo a falta de humanidade com saúde e o silêncio dos resignados com paz. ■



Aos amigos, tudo. Aos inimigos, a lei.

Quando estudarem, no futuro, a longa marcha da vaca para o brejo que se tornou a democracia brasileira, poucos episódios serão tão emblemáticos quanto o de Tagliaferro. O caso do ex-assessor de Moraes não mostrará um tropeço do Judiciário nem um capítulo mal escrito no livro das leis. Ele é o rosto nu da lógica que sequestrou o poder em Brasília: a dicotomia entre amigo e inimigo como a bússola para decidir quem merece proteção e quem merece cadeia. Quando o próprio ministro denunciado transforma o denunciante em réu, não estamos diante de um defeito no sistema. Estamos diante do sistema funcionando exatamente como foi planejado. O que está em jogo não é a quebra das regras, mas a suspensão delas quando o alvo é o “inimigo”. Tagliaferro não é mais um cidadão brasileiro. É um alvo.

Na visão de Carl Schmitt, a essência da política é a distinção entre amigo e inimigo. O inimigo, neste

sentido, não é um adversário a ser derrotado nas urnas, mas uma entidade existencial a ser combatida e destruída. O nosso judiciário, sob a égide de um messianismo autoimposto, fez dessa distinção a nova lei. Para os “amigos” do projeto de poder hegemônico, aplica-se a lei real, com o contraditório, ampla defesa e presunção de inocência. Para os “inimigos” – os Bolsonaro, os críticos, os Tagliaferros – a lei é suspensa. **A neutralização da direita é vendida como uma pré-condição para a própria salvação da "democracia" que os soberanos alegam proteger.** O Direito deixa de ser um conjunto universal de normas para tornar-se um instrumento discricionário de punição.

Esta realidade evoca com força a figura filosófica do **homo sacer**, um conceito do filósofo Giorgio Agamben sobre aqueles que podem ser mortos mas não sacrificados, pois a sua vida vale o mesmo que a de um animal. É uma vida que foi banida da proteção da



lei pelo poder. A direita nacional, e em especial a família Bolsonaro e seus apoiadores, se transformaram no arquétipo desse homo sacer no Brasil contemporâneo. Eles podem ser politicamente “abatidos”, seja pela prisão preventiva eternizada, pela censura, pelas quebras de sigilos mais elementares, sem que isso constitua crime para a ordem jurídica. A punição não decorre mais de um crime provado, mas da simples ressonância do status de “ameaça” taxado a quem se contrapõe ao sistema, mostrando que a justiça é dissolvida quando se trata do “inimigo”.

A consequência deste processo é a morte do cidadão. A cidadania, que garante direitos e proteções perante o Estado, se extingue como chama de vela quando o ato de denunciar o poder se torna mais perigoso do que o próprio crime do poder. O que sobra não é uma sociedade, mas uma massa de súditos, onde uns são “amigos” e outros, “inimigos” expostos à nudez do arbítrio.

O caso Tagliaferro é um sintoma terminal de uma justiça que deixou de ser cega. O episódio expõe um Supremo que já não se enxerga como guardião da Constituição, mas como o poder soberano do país, que decide quem está dentro e quem está fora da proteção das leis. A exceção dos julgamentos da “trama golpista” virou a regra, e o Direito, um privilégio para os aliados. **Isso transforma a arena política num campo de batalha permanente, onde a lei deixa de ser um escudo para o cidadão e se torna arma de aniquilação nas mãos de quem detém o poder.** E quando a imparcialidade morre na justiça, a própria noção de Justiça se esvai junto. Nesse novo Brasil, a única lei que parece vigorar plenamente é a mais primitiva de todas: a do amigo e do inimigo. E para os inimigos - que hoje são uns e amanhã serão outros, como é da natureza da guerra - não sobra nada além da pressa e da fúria do poder estatal. ■



O CEO da mediocridade

Em uma era desprovida de grandes convicções, a ideia de que o país é uma empresa gerida por um CEO é uma dessas tolices alardeadas com o entusiasmo que apenas um tolo consegue propagandear. Dita com ares de uma grandiloquente novidade, esse tipo de aforismo, fantasiado de uma inteligentíssima analogia, só é aplaudido por um tipo muito peculiar, aquele cujo horizonte de eventos jamais ultrapassou a acumulação de bens materiais. O tipo de homem cujo ápice da preocupação ordinária consiste na dúvida de qual seria a largura da caixa do seu relógio e que tipo de calça social, beirando as canelas, ele deveria usar com seu sapato de couro.

No mundo real, longe da artificialidade da Faria Lima, um político precisa ser algo mais do que um medíocre CEO, não um mero tecnocrata prestimoso, doido para servir docilmente à elite plutocrata.

Se um candidato almeja ser algo além de um empreendedor, se quer representar pessoas e liderar um país, precisa de um conjunto de características que comece passando pela coragem e auto-sacrifício. O sujeito que se desculpa com tiranos, que ignora senhorinhas de idade sendo jogadas na cadeia e se favorece da chantagem covarde contra um homem inocente para tirar proveito político, jamais será um líder de uma nação.

Um sujeito cujo imaginário público nunca ultrapassou os cacoetes dos coaches do mercado financeiro pode ser um CEO razoável, mas jamais será um líder político.

Tarcísio é uma figura medíocre, na mais rigorosa definição da palavra. É o nosso Gavril Ardaliónovitch, do romance *O Idiota*, de Dostoiévski. E, como Ipolít, conclamo:



“Eu detesto você simplesmente porque — e há de este ‘simplesmente porque’ lhe parecer maravilhoso —, simplesmente porque você é o tipo, a encarnação, o suprassumo da mais insolente, da mais vulgar, da mais repugnante e da mais pomposa mediocridade. A sua mediocridade é feita de pompa, de vaidade, de contentamento olímpico. Você é mais ordinário do que o que de mais ordinário possa haver. Jamais a menor ideia de vontade própria se esboçou no seu coração, quanto mais em seu espírito! Acresça-se a isso que sua vaidade não tem limites; você se persuadiu de que é um grande gênio; como, porém, a dúvida às vezes lhe tira o sono em certos momentos opacos, então, por isso, a sua inveja e seu rancor se desmandam. Mas esses trechos opacos, sim, negros, ainda lhe toldam o horizonte. Quando, porém, você acabar de ficar estúpido, o que não falta muito, eles se clarearão. Mesmo assim, jaz diante de você uma longa e

tortuosa estrada. Como me alegro em não poder chamá-la uma estrada prazenteira!”

Não, senhores de calças curtas! Fiquem vocês com suas marionetes sem alma e nos deixem aqui com um homem comum. Pois um político tem que ser, acima de qualquer liturgia do cargo, um ser humano. É isso que nós, homens comuns, almejamos. Esperamos que todo político seja um polemista, um cavaleiro andante sempre disposto a sacar sua espada em defesa de seus ideais, tempestuoso e altivo como o mar de março. Que esteja disposto a entregar prontamente a pompa em nome da honra e que acredite firmemente em seus ideais; alguém que esteja disposto a nos elevar até o mais alto dos céus ou a descer até o mais pérfido dos infernos, combatendo todos esses novos demônios para defender nossa civilização e todos os seus valores sagrados que tão arduamente conquistamos. ■



A política fiscal do governo consome o futuro do Brasil

Para entender o que está acontecendo sob a propaganda da economia brasileira, esqueça por um momento as planilhas de Excel. Olhe para suas mãos. Entrelace os dedos com força e aperte as palmas uma contra a outra até que as juntas fiquem brancas. Imagine que a pressão que sua mão direita exerce é a despesa pública obrigatória. A mão esquerda é a arrecadação. Em um sistema saudável, as duas forças se equilibram. Diferente fez o governo federal, através de um mecanismo chamado "faseamento", onde amarrou um torniquete no pulso das contas públicas. O dinheiro parou de chegar aos dedos, ao povo. O gasto sumiu. Mas a pressão arterial continuou subindo e o tecido começou a definhar silenciosamente.

A alta cúpula de Brasília chama isso de "faseamento", uma espécie de calote diferido. O governo criou um "colchão" de R\$ 24 bilhões através da asfixia política, não da eficiência. O gestor público é impedido de investir não porque o serviço seja necessário,

mas porque o sistema de liberação foi travado em nome de fingir austeridade fiscal.

O resultado é uma esquizofrenia contábil que seria fascinante se não fosse tão perigosa. Oficialmente, o déficit projetado para 2025 é de R\$30 bilhões, um número gigantesco e, mesmo assim, higienizado, que permite ao governo alegar cumprimento da meta fiscal. Mas na prática, a corrosão estrutural que come as vigas de sustentação das contas nacionais se aproxima dos R\$75 bilhões. A diferença é composta por despesas convidadas a se retirar da realidade pelo governo, como precatórios e ressarcimentos da fraude do INSS. O dinheiro sai do caixa igual, a dívida aumenta igual, mas a narrativa oficial os trata como fantasia.

A tragédia também parte da cumplicidade de quem deveria soar o alarme. O mercado financeiro optou por desligar todos os sensores de alerta quando o assunto é o governo Lula. Há uma espécie de pacto



na Faria Lima onde, se todos concordarem em fingir que o governo está falando a verdade, o barco dos lucros flutua por mais alguns trimestres. O rentismo aceita a novilíngua fiscal, onde gastos correntes viram exceções, desde que os juros continuem pingando. O mercado e o governo dançam juntos à beira do abismo, um fingindo que paga, o outro fingindo que acredita.

Quando a ruptura ocorrer, ela virá como mais um drama do cotidiano do brasileiro. Primeiro o desaparecimento do crédito, depois a inflação que deixa de ser um índice nos jornais para se tornar uma presença física nas prateleiras, onde os preços mudam com uma velocidade vertiginosa. O valor da moeda se liquefaz dia após dia.

Os contratos viram pó, já que a confiança evaporou. O dólar dispara e os serviços públicos essenciais (aqueles que foram "faseados") entram em colapso funcional: hospitais sem insumos, viatu-

ras sem gasolina, sistemas fora do ar. Geladeiras vazias em lares de classe média e uma estagnação pesada, úmida e imóvel cobrindo as cidades.

O problema fundamental é a dissonância entre o mercado e a realidade. O ciclo político humano opera em trimestres e mandatos. A dívida pública opera em tempo geológico. Ela acumula pressão lentamente, invisível e inexorável, indiferente às manobras de propaganda. Os brasileiros comuns, que vivem o cotidiano, não podem fazer nada sobre a farra fiscal. Só podem observar, com tristeza, o sistema se ajustando contra ele. E quando a pressão acumulada por trás do torniquete finalmente estourar, não haverá faseamento, retórica ou manobra contábil capaz de conter a hemorragia.

Tudo o que vai restar será a conta de uma crise onde o povo, mais uma vez, terá de pagar os juros cobrados pela realidade.. ■



E o Brasil do futuro nunca chegou

Quase todo brasileiro já ouviu o discurso futuroológico em que o Brasil é um país desenvolvido, próspero e de primeiro mundo — o país do futuro.

Os argumentos que sustentam essa tese de futuro brilhante são sempre os recursos naturais abundantes no solo brasileiro, a extensão territorial e sua localização geopolítica segura em uma região com poucas rivalidades e conflitos.

Essas crenças soam como infantis para qualquer pessoa que vivencie o Brasil, justamente porque reina a sensação de que falta algo para que o país realize esse potencial.

É sempre a geografia, a localização privilegiada e sem conflito que supostamente garantirão o futuro brilhante do Brasil.

Nunca é o projeto nacional que explora esses recursos, muito menos o desenvolvimento humano e a organização política como garantia da prosperidade; o fator humano é sempre excluído.

Em sua obra “Política”, Aristóteles analisa como são formadas as estruturas que possibilitam as associações humanas e sua sobrevivência sedentária.

O órgão fundamental que possibilita o surgimento e a articulação de todos os outros é a família, em grego, o oikos (οἶκος), onde o convívio é mínimo e voltado às necessidades mais imediatas: a união de homem e mulher, a relação senhor–escravo, tudo é orientado apenas para sobreviver.

Se a família consegue sobreviver, pode ser possível reunir os clãs em uma aldeia, comunidade um pouco mais ampla, que ainda gira em torno do mesmo eixo: garantir a vida, produzir o básico, resistir às carências.

Só quando várias aldeias se associam surge a pólis, a cidade, que Aristóteles chama de “koinonía téleios” (κοινωνία τελεία), comunidade completa, justamente porque alcançou a autossuficiência: ali se concentram defesa, leis, cultos, educação, economia, tudo o que permite não só viver, mas viver bem.



É nessa passagem do simples viver (ζῆν) para o viver bem (εὖ ζῆν) que a cidade se torna a forma mais alta de convivência; ela não é apenas um aglomerado de casas, mas o espaço onde os homens compartilham não só o sustento e a segurança, mas também palavras, julgamentos, deliberações sobre o justo e o injusto, o útil e o nocivo.

A cidade demanda um projeto de vida comum, um plano de manutenção de sua autossuficiência e da busca da justiça, e essa é a configuração que formaliza a dinâmica do político.

A política vive da tensão entre amigos e inimigos, com esses grupos antagônicos apresentando projetos para a vida comum da cidade.

Para que a cidade seja fundada, é necessário unir os clãs em torno de um projeto de convivência comum, para então determinar sua vida econômica, legal e institucional.

São os homens da cidade que promovem a tomada da

terra, a divisão e localização do espaço e a exploração dos recursos. O Brasil sequer tem seu projeto de convivência comum; como poderá organizar o uso desses recursos naturais de que dispõe?

Os recursos disponíveis serão usados para quais fins?

A localização geográfica em um ponto pacífico e sereno da América Latina, somada à extensão territorial, servirá a que propósito?

O Brasil não se transformou nesse país do futuro porque não há um projeto de nação para ser posto em curso, não há uma proposta de vida comum que una as pessoas.

Os clãs estão desarticulados e os bens públicos são utilizados para beneficiar uma casta oligárquica que não se importa com o futuro do país e muito menos em unir os projetos de vida da elite e do cidadão comum.

O Brasil precisa nascer como cidade para se desenvolver como nação. É necessário um projeto de reconstrução nacional.. ■



A prisão de Bolsonaro - o pacto de hipocrisia e omissão

A prisão preventiva de Jair Bolsonaro revela uma face preocupante da justiça brasileira, marcada por uma fundamentação jurídica frágil e um evidente desrespeito à inteligência pública.

A decisão do ministro Alexandre de Moraes justifica-se pela necessidade de preservar a ordem pública e evitar o risco de fuga, baseando-se em argumentos questionáveis como a suposta violação da tornozeleira eletrônica e a convocação de uma vigília por seus apoiadores. Contudo, uma simples análise mostra que essas razões não se sustentam. Afinal, como alguém com graves problemas de saúde, vigiado incessantemente pela Polícia Federal em um condomínio fechado, poderia efetivamente fugir? Esta pergunta desmonta o principal fundamento da prisão.

A prisão domiciliar anterior, já apontada como ilegal por muitos analistas e juristas, criou um precedente perigoso, especialmente porque Bolsonaro sequer foi

denunciado formalmente no inquérito que motivou sua detenção. Agora, com essa nova ordem de prisão preventiva, insiste-se numa narrativa que não resiste a uma avaliação lógica ou factual. A alegada "violação" da tornozeleira nunca foi esclarecida adequadamente — podendo ser uma falha técnica ou sequer ter ocorrido — o que fragiliza ainda mais a alegação de risco às investigações ou à aplicação da pena.

O que se percebe é clara a utilização da Justiça como ferramenta política, que ultrapassa os limites do ato legal para invadir espaços de perseguição e constrangimento, ignorando garantias básicas do Estado de Direito.

Assim, está em jogo a integridade do sistema democrático e sua capacidade de resistir ao arbítrio mascarado de legalidade. Para quem controla o sistema, entretanto, esses parecem meros detalhes dispensáveis.

Escancara-se também o silêncio e a omissão daqueles



que afirmam lutar pela liberdade, mas preferem se acomodar, tornando-se cúmplices da degradação democrática. A mídia tradicional, com sua seletividade e parcialidade, contribui para confundir e manipular a opinião pública, negligenciando as claras violações institucionais.

No amplo espectro social, muitos fingem resistência somente quando lhes convém, aceitando passivamente a politização da Justiça na medida em que isso não lhes traz prejuízo. Essa postura enfraquece a democracia e favorece o avanço do autoritarismo.

Entre os omissos encontram-se também presidentes de partidos que se calam para salvaguardar interesses próprios, políticos que utilizam o nome e a credibilidade de Bolsonaro para benefícios pessoais — limitando-se a discursos vazios e promessas de anistia que nunca são concretizadas — e o mercado financeiro, que persiste em seu silêncio cúmplice, fingindo normalidade ante a instabilidade institucional.

Ignorar os sinais ou reproduzir combates seletivos não é apenas conviência, é hipocrisia política que ameaça as bases do Estado de Direito.

Defender a liberdade exige mais do que palavras vazias; requer ações concretas e um compromisso inabalável.

Se esse pacto de omissão e hipocrisia continuar, a prisão de Jair Messias Bolsonaro será apenas mais um episódio de um espetáculo jurídico-político que destrói princípios fundamentais e conduz o Brasil a uma espiral de instabilidade. Essa aliança tácita afronta o dispositivo constitucional que garante a todos igualdade perante a lei e ameaça o próprio coração do Estado Democrático de Direito.

E, como diz a máxima, pau que bate em Chico, também bate em Francisco. Hoje é Bolsonaro, amanhã poderá ser quem se calou agora. ■



A suprema injustiça

Perto das 22h do dia 21 de novembro de 2025, Jair Messias Bolsonaro desligou a televisão e fechou os olhos. Uma tornozeleira eletrônica transmitia coordenadas a cada quatro segundos para um servidor do Ministério da Justiça. Do lado de fora, grades e câmeras. Agentes da Polícia Federal anotavam o horário no caderno de ocorrências. O homem mais monitorado do Brasil adormeceu sem saber que seu destino já havia sido selado por um post de Instagram que ele não escreveu.

Horas antes, a quilômetros dali, seu filho, o senador Flávio Bolsonaro, publicara um vídeo. Era um convite para uma "vigília pela saúde" e um apelo ao "Senhor dos Exércitos". No dicionário de qualquer democracia, isso é liberdade de culto. O ministro Alexandre de Moraes viu, nesse simples pedido de um filho indignado, uma confissão de fuga.

Onde o filho escreveu "vigília", o juiz leu "tumulto".

Onde se pediu "oração", o Estado viu "manifestações populares criminosas". Pela primeira vez na história do judiciário brasileiro, o ato de dobrar os joelhos em via pública foi tipificado como uma tática de guerra, descrita no documento como "reunião ilícita" capaz de romper o Estado de Direito.

A justiça de exceção opera como uma prensa. Não distingue resistências, apenas esmaga até que o espaço - a liberdade - deixe de existir. A prensa sob a qual Bolsonaro teve sua liberdade esmagada hoje não foi acionada por nenhum crime, mas pela "interpretação de probabilidades". A decisão não cita passagens aéreas compradas ou interceptações telefônicas. O passaporte de Bolsonaro continua apreendido. O que há é um post de Instagram. Feito por outra pessoa. Sobre uma vigília de oração.

O Direito Penal foi construído sobre o *Nulla poena sine culpa* - não há pena sem culpa. É a primeira lição



das faculdades de Direito e o que separa democracias de monarquias absolutistas. O conceito da responsabilidade individual diz que o pai não responde pelos pecados do filho. Mas na nova jurisprudência de Brasília, a culpa é contagiosa. Um filho convocou fiéis e o pai, incomunicável e alheio, é levado para a prisão.

Em 2018, Bolsonaro levou uma facada que perfurou seu intestino em múltiplos pontos. Perdeu 40% do sangue. Passou por quatro cirurgias. Seu abdômen é um mapa de cicatrizes deixadas pelas internações de emergência, quadro que se agravou neste confinamento.

Este é o fugitivo que o Supremo identificou: um homem de 70 anos com sequelas permanentes de tentativa de assassinato, dormindo cercado por policiais federais, com um GPS no tornozelo que precisaria correr treze quilômetros monitorados para escapar.

O verdadeiro teste da justiça vem quando o réu é di-

visivo. Quando metade do país o quer preso e a outra metade o vê como mártir. O perigo desta decisão não está apenas na prisão de um ex-presidente, mas na linha que se cruza. Ao entender oração e fé como crime e disfarce, o Supremo enviou um recado a milhões de brasileiros: a sua liberdade, até mesmo a de oração, só é lícita quando não incomoda o sistema. Se as garantias constitucionais dependem de quem está rezando, elas não são garantias, são privilégios. A caneta que hoje reescreve o significado de "vigília" é a mesma que, amanhã, vai reescrever o significado de "liberdade".

Juristas e historiadores vão voltar a esses documentos. Vão procurar as provas de fuga. Vão encontrar a história de um homem perseguido por ser líder de uma ideia de Brasil que desagradou o sistema. E vão ver que os responsáveis por esse sistema, como ratos num navio, deixaram para reagir apenas quando o perigo estivesse à sua própria porta. ■



O plano é não ter um plano?

Com a prisão de Jair Bolsonaro no sábado, a base bolsonarista no Congresso Nacional expôs, mais uma vez, a fragilidade de sua estratégia: alimentar redes sociais, produzir espetáculo e ostentar indignação sem avançar um centímetro na defesa real do ex-presidente e dos presos do 8 de janeiro. O plano parece ser... não ter um plano.

A reação inicial foi previsível: dezenas de deputados e senadores anunciaram viagens urgentes a Brasília, gravaram vídeos chorosos e declararam "revolta total". Um deles chegou ao ápice do amadorismo ao pedir sugestões na internet sobre "o que fazer agora". Se um parlamentar eleito com o discurso de "defensor implacável de Bolsonaro" precisa recorrer ao Twitter para decidir sua conduta, talvez esteja ocupando a cadeira errada.

Só há um plano efetivo desde o início e parece que alguns ainda não entenderam: ANISTIA.

O que chegou mais próximo foi a obstrução da pauta feita meses atrás, que durou poucas horas e foi vendida como "guerra total" pela anistia. Resultado? O acordo costurado com Hugo Motta desmoronou, o líder do PL, Sóstenes Cavalcante, pediu desculpas publicamente e a vida seguiu normalmente. Derrota varrida para debaixo do tapete com um "foi só um recado".

Logo em seguida surgiu a "saída honrosa": um projeto alternativo de anistia mais palatável, pilotado por Michel Temer, Aécio Neves e Paulinho da Força — exatamente os nomes que o bolsonarismo passou anos apontando como "velha política". Grande parte da bancada engoliu sem chiar. A mensagem foi cristalina: quando a pressão aperta, o discurso evapora e o pragmatismo fisiológico prevalece.

Quando viram que não iria colar, surgiram mais al-



gumas promessas repetidas: “a anistia será voltada nas próximas semanas”. Não aconteceu.

Hoje, o que resta é um teatro caro: passagens aéreas de última hora custeadas pelo dinheiro público para tirar selfie ao lado do presídio e postar “estou aqui pelo Jair”. Solidariedade de Instagram, paga com o seu imposto.

E o governador de São Paulo, que sonha em herdar o espólio bolsonarista em 2026? Demorou quase um dia para soltar uma nota morna, cheia de cautelas jurídicas e frases feitas, sem tocar na prisão arbitrária em um inquérito que Jair sequer foi denunciado. Lembrou-se, talvez, de quando subiu no caminhão de som na Paulista, gritou contra o STF e, dias depois, correu para pedir perdão. Lição aprendida: criticar o Supremo dá voto, mas só até onde não incomoda de verdade a própria carreira. E o mais curioso: perfis alinhados ao Governador correram para espalhar um vídeo de meses atrás, preocupados com as críticas das redes sociais sobre o silêncio de Tarcísio, que estava passando

do um fim de semana tranquilo nas montanhas.

Se a base tivesse levado a sério a defesa de Bolsonaro e de todos os presos políticos do 8 de janeiro desde o início — articulação cerrada, pressão real, ameaça concreta de ruptura com o Centrão, construção de maioria para a anistia —, talvez o cenário fosse outro.

O que se vê não é preocupação genuína, mas cálculo eleitoral frio. Na prática, repetem-se os mesmos erros: falta de plano, ausência de unidade, medo de romper com o fisiologismo.

Quem acompanha política minimamente já percebeu: a maioria desses parlamentares está muito mais preocupada com 2026 do que com o que acontece hoje, e tem medo de chamar as coisas pelo nome correto para não magoar quem desestabilizou o país. O resto é marketing. Caro, ineficaz e pago por quem não aguenta mais discursos e vídeos em redes sociais que não resolvem nada. ■



Meros parlamentares

O movimento bolsonarista é claramente imaturo, pouco articulado e sem militância organizada. Mas, mesmo com todo o despreparo e a falta de aparato, há afrontas à lógica que não devem ganhar publicidade.

Como é possível que parlamentares, eleitos sob a bandeira do projeto de reconstrução nacional do bolsonarismo, possam prestar apoio ao seu líder por meio de vídeos e manifestações públicas de indignação?

Parece que parlamentares em posse de cargos oficiais, dotados de legitimidade e poderes, não podem fazer absolutamente nada por Bolsonaro.

Para que não se perca o senso das proporções ou seja cometida alguma injustiça, convém comparar as ações dos parlamentares petistas com as da base bolsonarista:

Logo após a ordem de prisão de Lula, em abril de 2018, a bancada do PT tratou o caso explicitamente como

“prisão política” e passou a combinar ação institucional no Congresso com mobilização de rua e campanha pública permanente por sua libertação.

Por tratar-se de uma prisão política, segundo o partido, as manifestações foram internacionais, com direito a estudos e análises de think tanks a respeito do processo que prendeu Lula.

Zanin foi aos EUA estudar lawfare, e o Grupo de Puebla publicou uma série de estudos sobre perseguição judicial a líderes de esquerda pela América Latina. O resultado é conhecido: Lula foi liberto, reabilitado e hoje preside o Brasil.

Já a direita teceu críticas a Eduardo Bolsonaro — que foi para os EUA e atraiu sanções para os violadores de direitos humanos no Brasil —, teve parlamentares que alegaram não ter meios de reagir contra a tirania e produziu muitos vídeos, reações histéricas e confissões de impotência.



Os parlamentares eleitos pelo movimento bolsonarista agem como se parlamentares não estivessem investidos dos mais altos poderes da República, como se oficialmente não tivessem à disposição acesso a mudanças na lei, à estrutura das instituições e a todas as demais benesses às quais um parlamentar tem acesso.

Se, investidos de poderes oficiais, já não conseguem fazer nada, não militam por sua causa e não podem acusar Bolsonaro, o que fariam se dependessem apenas do poder e da influência que se exerce longe dos cargos oficiais? Qual a utilidade desses parlamentares para a causa bolsonarista de reconstrução nacional?

Bertrand de Jouvenel, em sua obra “O Poder”, trata do que chamou de “militarização da política”, que não é simplesmente a presença ostensiva de generais nos governos ou a golpes de Estado episódicos; trata-se de um processo histórico em que a lógica própria da instituição militar — centralização do comando, obediên-

cia hierárquica, mobilização permanente e legitimação pela ameaça externa — infiltra-se progressivamente no funcionamento ordinário do poder civil. Em sua análise do crescimento natural do poder, Jouvenel mostra como a construção do Estado moderno se deu em estreita ligação com a guerra: a necessidade de manter exércitos permanentes, financiar campanhas e organizar a defesa levou à expansão das capacidades fiscais, administrativas e de controle social, transformando súditos em recursos mobilizáveis e cidadãos em “matéria-prima” de campanhas militares e políticas.

Nesse sentido, a política ordinária e cotidiana exige disciplina, organização e formalização de uma militância.

Munidos dos recursos oficiais da República brasileira, não poderiam esses “meros parlamentares” ter organizado essa militância? Não deveriam estar em busca de formalizar e exercer poder para alcançar os objetivos da agenda bolsonarista? ■



A lei está morta

Há algo muito mais perigoso - ou, na linguagem que a elite brasileira entende, muito mais caro - em jogo nas seguidas decisões espantosas que viraram rotina no chamado “inquérito do golpe”. A mais recente delas se estendeu por 17 páginas para fundamentar a conversão da prisão domiciliar do ex-presidente Bolsonaro em prisão preventiva. Nela, o ministro recorreu, não pela primeira vez, a um elemento alheio ao réu - uma vigília religiosa convocada por seu filho, o senador Flávio Bolsonaro. Um evento que ocorreu sem incidentes, sem repressão policial e sem que qualquer participante fosse indiciado. Mas foi este ato, convocado por um filho, o pilar do fundamento para o cárcere do pai.

O cerne da gravidade deste episódio não está na figura política de Bolsonaro, mas na demolição de um pilar civilizacional: o princípio da intranscendência da pena.

Essa ideia aparece no Direito Romano, com o código Justiniano, que proibia que um castigo corporal fosse passado para o herdeiro do malfeitor. A Igreja Católica, séculos depois, incluiu o *Nullus punitur pro alieno delicto* - ninguém é punido pela ofensa de outrem - como a ideia central do Código Canônico. Nós herdamos esta ideia e a colocamos no âmago da constituição, no Artigo 5º, inciso XLV (“nenhuma pena passará da pessoa do condenado”). Tal princípio é o que separa a justiça da barbárie tribal, onde clãs inteiros pagavam pelos erros de um indivíduo. Ao usar a conduta de outros como lastro probatório para a prisão de Jair Bolsonaro, o judiciário efetivou a “responsabilidade por contágio”.

Isso não é um erro judiciário comum. É uma bomba atômica no sistema jurídico. Se a vigília não constituiu crime para os presentes e nem para o organizador, por que serve de agravante penal para um terceiro ausente?



É a lógica do "Direito Penal do Inimigo" em ação, onde o alvo justifica os meios, e as garantias constitucionais são suspensas em nome da "defesa da democracia".

Este fenômeno não é um raio em céu azul, é o resultado cumulativo de um processo de degradação institucional que, há anos, o País vem sofrendo. No Brasil atual, a lei escrita vale menos que a vontade do juiz.

O sistema de freios e contrapesos falhou. Quando se pode decretar a perda da liberdade de alguém com base em atos de familiares do réu, tal decisão é referendada pelos seus pares e executada pela Polícia Federal sem contestação, o Estado de Direito cedeu lugar ao Estado de Polícia.

Estamos diante da consolidação de uma juristocracia onde a "lei" é apenas o que o tribunal diz que é, na hora em que diz. O perigo reside na escala de tempo. Mudanças

abruptas geram revolta, mas mudanças graduais geram costume. Ao aceitar que a violação de terceiros justifique o cárcere de uma pessoa, a sociedade assina um cheque em branco.

O Direito é uma construção milenar, erguido para proteger o indivíduo contra o poder arbitrário do Estado. Sua demolição não vem com explosões, mas com a erosão dos seus conceitos. A pessoalidade da pena foi revogada na prática no Brasil, e nem a comunidade jurídica nem a política parecem entender a falta que ela fará. O que resta é o exercício cru do poder, despido da elegância das formas jurídicas e operando sob a lógica de que para os inimigos do regime, o código penal é uma arma, não um limite. A prisão de Jair Bolsonaro por atos de outras pessoas não vai ser o fim da história, mas a inauguração oficial de uma era onde inocência ou culpa são meros detalhes burocráticos diante da vontade de punir. ■



Discursos nas redes e movimentos nas sombras

A prisão de Jair Bolsonaro desencadeou mais um movimento político que expõe a verdadeira face de alguns atores que se dizem bolsonaristas, mas, na realidade, estão interessados apenas em conquistar votos para 2026. Nada de novo. A ascensão de Tarcísio de Freitas e seus aliados serve como exemplo claro dessa dinâmica oportunista que hoje domina o cenário.

Enquanto Eduardo Bolsonaro tenta manter a defesa ativa — mesmo diante do cerco judicial e midiático — o governador de São Paulo e seu grupo optam pelo silêncio nos momentos cruciais, como no dia da prisão, para só depois virem com notas calculadas, mencionando conversas com Gilmar Mendes. Não por acaso, Mendes é um dos ministros do Supremo Tribunal Federal que, junto com Alexandre de Moraes, tem mostrado uma sanha particular para manter Bolsonaro preso. A tal “defesa” que alegam fazer é, na verdade, um jogo político para di-

vidir a base bolsonarista e preparar o terreno para 2026.

Além da ausência na hora necessária, sabe-se que Tarcísio passou o fim de semana nas montanhas, em Campos do Jordão. Um verdadeiro aliado abriria mão de uma viagem dessas para se manifestar rápido, mostrar presença e dar sinal claro de apoio ao ex-presidente em um momento delicado.

Outro elemento dessa estratégia é o papel dos chamados “aliados” que adoram dar informações em off para a imprensa – vazam informações seletivamente alimenta a desqualificação interna, cria narrativas para enfraquecer adversários dentro da própria base bolsonarista e mantém o ambiente político instável, sempre favorável aos interesses desses grupos que buscam o controle eleitoral.

Além disso, a agenda do grupo de Tarcísio não pare-



ce lutar por uma anistia ampla e libertadora, mas sim negociar medidas paliativas, como a prisão domiciliar, que mantêm Bolsonaro preso, mas com algum conforto estratégico. Isso demonstra que o foco está muito mais na construção de candidatura e de projeto eleitoral próprio do que na efetiva defesa do líder que os elegeu.

Outro ponto importante é a estratégia de desqualificação interna: já vimos isso com Eduardo Bolsonaro, que foi sistematicamente enfraquecido politicamente. Agora o alvo é Flávio. Essa prática tem como objetivo abrir espaço para Tarcísio, desgastando o sobrenome Bolsonaro, para que ele possa crescer como opção da direita sem enfrentamentos diretos. É uma jogada cuidadosa, mas que deixa claro que parte da “base bolsonarista” está longe de ser unida ou leal.

Mais do que nunca, a verdadeira base precisa abrir

os olhos para esse cenário. Quem realmente está na luta pela liberdade e pela manutenção do legado de Bolsonaro são poucos. Muitos jogam apenas para garantir votos, usando a imagem do ex-presidente como mercadoria política. Essa divisão só enfraquece o campo que deveria estar unido diante de uma grave e permanente ofensiva contrária.

Os movimentos não são de defesa, mas de oportunismo eleitoral. O tempo mostrará quem realmente esteve ao lado de Bolsonaro e quem apenas quis surfar na crise para ganhos políticos. A base bolsonarista precisa entender que defender o presidente preso requer mais do que discurso — necessita estratégia, unidade e ação concreta, e os que desqualificam a família Bolsonaro estão longe dessa luta.

Em uma verdadeira batalha, a lealdade se mede na prática, não no discurso barato para as redes sociais e movimentos contrários nas sombras. ■



SOBERANIA NACIONAL E INFLUÊNCIA EXTERNA

Em novembro mostramos como a soberania nacional se tornou um campo de batalha entre agendas externas e a paralisia interna. A influência de potências estrangeiras expõe a fragilidade brasileira diante de sanções e disputas econômicas, enquanto fundos internacionais e "doações verdes" sabotam a exploração de recursos na Amazônia e na industrialização regional. O ativismo ambiental e o discurso climático substituem políticas de desenvolvimento por subordinação ideológica, transformando estatais em instrumentos de obediência global e renunciando à autonomia produtiva. Nesse cenário, o país se vê em meio a transições geoeconômicas, com dependência externa e servilismo às finanças verdes ameaçando a independência, reforçando a imagem de um Brasil que perde a capacidade de definir seu próprio destino em favor de um nacionalismo produtivo hamiltoniano.

RESUMO GERAL

POLÍTICA E ECONOMIA NACIONAL

11

SOBERANIA NACIONAL E INFLUÊNCIA EXTERNA

SEGURANÇA PÚBLICA E CRIME ORGANIZADO

TECNOLOGIA E GUERRA DE INFORMAÇÃO

02/Novembro Boas lições e “escolas verdes” da Noruega



03/Novembro O Brasil Ainda Serve Café, Enquanto o Mundo Produz Potência

07/Novembro A ilusão verde e o colapso da soberania

09/Novembro Amazônia: do “arco do desmatamento” à soberania compartilhada com as facções

15/Novembro Estrutura paralela e perda da soberania — o Estado terrorista do narcotráfico

18/Novembro A aposta da Faria Lima em uma miopia dos EUA

19/Novembro A negação que mantém o país refém

23/Novembro A “heresia” de pretender industrializar a Amazônia

28/Novembro O custo do provincianismo geopolítico

29/Novembro O Estado pensado para a produção — como o Brasil pode se reposicionar como potência produtiva e comercial

30/Novembro Lula: servilismo decrépito às “finanças verdes”



Boas lições e “esmolas verdes” da Noruega

Por: Lorenzo Carrasco e Geraldo Luís Lino

A Noruega tem uma longa tradição de combinar um bom uso dos seus limitados recursos naturais com altos níveis de educação e qualificação da força de trabalho em prol do desenvolvimento do país, que remonta ao século XIX. A descoberta de petróleo e gás natural no Mar do Norte, no início da década de 1970, representou um poderoso impulso a essa orientação nacional, que transcende as alternâncias políticas.

Em 1972, foi criada a estatal Statoil, com o intuito

de assegurar os interesses nacionais sobre a nova riqueza, orientada por uma visão de longo prazo para a maximização dos seus benefícios. Desde 2018 chamada Equinor, o Estado norueguês detém 71% de suas ações, o que lhe faculta a implementação de políticas de Estado sem muita interferência de acionistas privados, proporcionando nada menos que 42% das despesas do governo.

Apesar da mudança de nome ter sido inspirada no então predominante impulso da “descarbonização”



da economia mundial, ao qual aderiram outras majors do setor, a Equinor está atualmente reduzindo os seus investimentos em energias “renováveis” – eólica offshore, solar etc. – e tem uma meta de ampliar a sua produção de petróleo e gás natural em 10% até 2030.

Enquanto isso, investe em fontes que realmente significam avanços tecnológicos, como a energia de fusão, para o que apoia o promissor projeto da Consolidated Fusion Systems (CFS), startup norte ameri-

cana que pretende colocar o seu inovador reator em uso comercial a partir de 2030.

O Brasil, onde opera há 20 anos, é um dos principais destinos dos investimentos da Equinor no exterior.

Os rendimentos dos hidrocarbonetos constituem, também, a principal fonte de recursos do notável fundo soberano da Noruega (SPU-Statens Pensjonsfond Utland), tanto os provenientes da Equinor como das empresas estrangeiras que operam no

país, que são taxadas em nada menos que 78% dos seus lucros.

Criado em 1990 pelo Parlamento, o SPU é administrado pelo Norges Bank Investment Management (NBIM), um braço do Banco Central da Noruega (que, como se percebe, não se ocupa apenas com metas de inflação), e acaba de superar a impressionante marca de US\$ 2 trilhões em ativos. Considerado um modelo de gestão e governança, quase todo o seu capital é investido em ações, títulos, bens de raiz e infraestrutura no exterior, em mais de 9 mil empresas de 70 países, principalmente, EUA, Reino Unido, Alemanha, Japão e França. Por lei, o governo não pode utilizar anualmente mais que 3% do seu valor total, privilegiando as áreas de previdência, educação e infraestrutura.

Ao mesmo tempo, Oslo está incentivando empresas estrangeiras a explorar o potencial de hidrocarbonetos do Mar de Barents, enquanto trabalha no mapeamento e regulamentação da exploração mineral na plataforma continental, para avaliar o seu potencial para níquel, cobre e metais de terras raras, entre outros, embora a decisão sobre a concessão de licenças de pesquisa e exploração tenha sido postergada para 2026 ou 2027.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que tem se empenhado em maximizar os retornos da exploração de hidrocarbonetos, a Noruega tem sido uma importante promotora ideológica e financeira do ambientalismo internacional, com sua mal disfarçada agenda de restrições ao pleno desenvolvimento de todos os países, em particular, a maioria não integrante do setor industrializado.

Entre 1983 e 1987, a sua ex-ministra do Meio Ambiente e ex-primeira-ministra, Gro Harlem Brundtland, chefiou a Comissão das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, mais conhecida como Comissão Brundtland, cujo estudo “Nosso Futuro Comum” (ou Relatório Brundtland) introduziu o conceito de “desenvolvimento sustentável”, que se tornou a pedra angular do movimento ambientalista. Apesar do seu forte apelo, não passa de uma palavra de ordem pseudocientífica para jus-

tificar limites políticos à modernização econômica dos países em desenvolvimento.

Da mesma forma, o governo de Oslo é um generoso financiador da agenda da “descarbonização” da economia mundial. Tanto o Ministério do Clima e Meio Ambiente como a Agência Norueguesa para Cooperação e Desenvolvimento (NORAD) têm feito grandes doações a ONGs estrangeiras engajadas na campanha “descarbonizadora”. O mesmo ocorre com a nominalmente privada Rainforest Foundation Norway (RFN), que atua em grande medida como repassadora de fundos públicos.

No Brasil, a Noruega é a maior financiadora do famigerado Fundo Amazônia, hoje, um dos principais meios de “controle ambiental” da exploração econômica da Amazônia Legal, visando mantê-la como uma gigantesca reserva de créditos de carbono e outros instrumentos afins. Desde a sua criação, em 2008, a Noruega já colocou mais de R\$ 3,2 bilhões no Fundo; a última “doação”, anunciada no final de 2024, foi de US\$ 60 milhões, cerca de R\$ 350 milhões ao câmbio da época. Para se avaliar a sua relevância, o valor é equivalente a cerca de 11% do orçamento executado pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) no ano.

E, entre os beneficiários brasileiros da RFN, destaca-se o Observatório do Clima, ONG que coordena a insidiosa campanha contra a exploração de hidrocarbonetos na Margem Equatorial Brasileira.

A RFN acaba de recomendar ao governo norueguês que invista no Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF), recém-anunciado pelo governo brasileiro, com o intuito de consolidar o modelo de conversão do bioma Amazônia em captador de créditos de carbono e outros instrumentos financeiros ditos “sustentáveis”.

O Brasil, que está diante da grande oportunidade de ampliar o seu plantel de recursos naturais, com os hidrocarbonetos (e, possivelmente, recursos minerais) da Amazônia Azul, as terras raras e outros, deveria estudar com afinco as lições positivas do país nórdico. Sem dúvida, muito mais relevantes do que as suas “esmolas verdes”. ■





O Brasil ainda serve café, enquanto o mundo produz potência

Causa espanto ver parte do empresariado e da Faria Lima ainda presa ao dogma liberal, como se o mundo não tivesse mudado de direção. O livre mercado, tratado por décadas como sinônimo de progresso e eficiência, já não é a base do poder global. As nações que atualmente se destacam são as que compreenderam que o desenvolvimento não surge sozinho, mas de quem planeja, orienta e financia o próprio projeto de país. O capital, quando se afasta dessa estratégia, transforma-se em fraqueza, não em prosperidade.

Nos Estados Unidos, o movimento é visível. O liberalismo clássico deu lugar a uma economia guiada por propósito nacional, em que o poder público e o setor privado se articulam para sustentar a liderança tecnológica e industrial americana. Bancos e fundos antes obcecados por retornos imediatos agora tratam o longo prazo como questão de soberania. O JP Morgan

é um exemplo claro: direciona crédito e investimento para áreas estratégicas, como energia, infraestrutura, semicondutores e defesa, mesmo quando o ganho imediato é menor. Isso não é altruísmo, é compreensão de poder. O capital volta a operar em sintonia com o interesse de quem produz e governa.

Essa mudança expõe o atraso da elite financeira brasileira, que ainda repete a cartilha liberal como se nada tivesse acontecido. A crença na “mão invisível” persiste mesmo diante dos resultados: desindustrialização, dependência tecnológica, fuga de capitais produtivos e a ascensão de um rentismo que paralisa o país. Enquanto as potências reorganizam seus bancos e empresas com base em estratégias nacionais, o Brasil continua como praça financeira periférica, dependente de fluxos externos, juros altos e promessas de estabilidade que nunca se confirmam.



O contraste não está só nos números, mas na maneira de pensar. Lá fora, compreende-se que o poder nasce da capacidade de decidir para onde o dinheiro vai. Aqui, ainda se alimenta a ilusão de que o mercado, por si só, resolverá tudo. Essa renúncia de protagonismo é o que mantém o país refém. Quando o crédito é comandado por interesses que não pertencem ao território, o Brasil deixa de ter economia e passa a administrar sua própria dependência.

O que falta ao empresariado brasileiro não é capital, mas direção. O ponto aqui não é idealismo, mas clareza de propósito. Um país livre e soberano é mais rentável do que uma colônia estável. A autonomia cria cadeias de valor próprias, fortalece a moeda, dá previsibilidade e atrai investimento de verdade, aquele que constrói e multiplica, não o que apenas circula. Esse é o motivo pelo qual as potências que abandonaram o velho dogma liberal voltam a crescer enquanto o Bra-

sil se acomoda.

A elite financeira brasileira ainda confunde dependência com liberdade e chama submissão de pragmatismo. Falta reconhecer que o mundo está sendo redesenhado por quem decidiu retomar o controle. Cada país que assume a gestão do próprio crédito, energia e produção não se isola, apenas ocupa o espaço que lhe pertence numa ordem global novamente moldada por Estados e não por fundos.

O Brasil precisa escolher se quer continuar como vitrine de dependência ou como referência de desenvolvimento. Um país soberano não apenas produz, ele define, conduz e colhe os frutos do que constrói. Enquanto o empresariado continuar tratando independência como risco, seguirá servindo a quem já entendeu o movimento, aqueles que transformaram o capital em poder, não em amarra. ■



A ilusão verde e o colapso da soberania

Durante mais de uma década, o ESG foi vendido como consciência global. Um modelo de finanças sustentáveis que alegava alinhar lucro e moral, mas que serviu como um dos instrumentos mais eficientes de controle econômico da história recente. Sob o pretexto de salvar o planeta, o sistema impôs travas às economias nacionais, desarticulou cadeias produtivas, drenou investimentos industriais e terceirizou o planejamento estatal para fundos e consultorias que se autoproclamaram guardiões do clima.

O resultado foi a perda silenciosa da soberania produtiva. Países inteiros foram empurrados para a dependência de importações e dívidas verdes, enquanto as potências que ditavam as regras mantiveram suas usinas, refinarias e arsenais operando em plena capacidade. O discurso era

universalista, mas a prática foi hierárquica: cabia aos periféricos compensar o carbono que os centrais continuavam a emitir.

Agora até a Europa começa a admitir o erro. O mesmo continente que pregava neutralidade climática [corre para lançar o ReArm Europe](#), dobrar o gasto militar e reabilitar investimentos em armas e energia fóssil, tudo em nome da resiliência energética e da defesa da soberania. A guerra, o gás e a escassez expuseram o óbvio: não existe transição verde possível sem segurança energética, nem sustentabilidade sem poder.

O ESG não desapareceu, apenas trocou de roupa. O mesmo vocabulário que antes servia para justificar cortes e restrições, agora é usado para



legitimar rearmamento e industrialização sob novas etiquetas morais. O investimento responsável virou sinônimo de defesa democrática, e o que era considerado antiético há cinco anos passou a ser exaltado como proteção dos valores ocidentais. Quando o discurso ESG começou a ameaçar a própria sobrevivência do sistema, foi reescrito.

O Brasil segue em outra frequência. A Faria Lima continua fiel ao catecismo verde, repetindo mantras sobre transição e carbono como se ainda estivéssemos em 2019. Bancos e gestoras tratam a agenda ESG como sinal de modernidade, sem perceber que o mundo real já mudou de eixo. A Europa corre para reconstruir sua indústria pesada, os Estados Unidos reindustrializam via subsídios e o Leste Asiático investe em autonomia tecnológica. Aqui, seguimos discutindo relatórios de impacto e métricas de governança.

Esse atraso mostra que parte do nosso mercado financeiro ainda acredita que desenvolvimento é sinônimo de compliance e que soberania se mede por certificado. Esquece que não há economia verde que sobreviva em território fraco. O país que depende de licença estrangeira para produzir energia, tecnologia ou armamento jamais será sustentável; será apenas tutelado.

O ESG prometeu salvar o planeta, mas acabou por ajudar a destruir a autonomia dos Estados. Transformou a moral em índice e a dependência em virtude. Hoje, quem acreditou em Davos discute metas de carbono; quem não acreditou, discute poder. Essa diferença separa as nações que fingem participar da nova ordem verde daquelas que decidiram escrever a próxima. ■

Amazônia: do “arco do desmatamento” à soberania compartilhada com as facções

Por: Lorenzo Carrasco e Geraldo Luís Lino

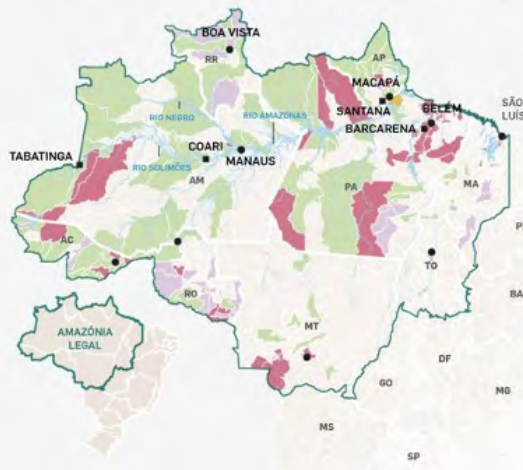
As repercussões da operação policial contra o Comando Vermelho (CV) no Rio de Janeiro (RJ), na terça-feira, 28 de outubro, colocaram os holofotes na rápida expansão das grandes facções criminosas pelo País, em especial, nos estados da Amazônia Legal. O mapa a seguir, produzido pelo Instituto Mãe Crioula (IMC) de Belém (PA) e reproduzido pelo “Estadão”, proporciona uma visão da seriedade do problema.

Crime organizado na Amazônia

Comando Vermelho tem forte presença em grande parte da região Norte; PCC domina em Roraima

Onde ficam

CV PCC MÚLTIPLAS FACÇÕES OUTRAS FACÇÕES





Uma pesquisa do IMC e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), divulgada no final do ano passado, mostrou que 260 dos 772 municípios da Amazônia Legal têm uma agressiva presença do CV, do Primeiro Comando da Capital (PCC) e de outras facções menores. Na época em que a pesquisa foi feita, o CV dominava 130 municípios, o PCC 28 e os demais eram divididos entre as demais facções. Hoje, seguramente, esses números subiram.

Em entrevista ao jornal O Globo de 12 de dezembro passado, o presidente do FBSP, Renato Sérgio de Lima, afirmou que “boa parte do dinheiro que circula na região hoje é do crime”, já sendo pos-

sível dizer que “o crime organizado é o principal empregador na região amazônica”. Segundo ele, a questão-chave é o controle territorial:

“As organizações passaram a explorar todo e qualquer produto que gere retornos muito altos, que tenham como fundamento a questão do controle do território. Para ter essa força, elas precisam ter controle do território, seja na comunidade do Rio de Janeiro, seja na quebrada de São Paulo, seja na selva. No caso da Amazônia, é preciso ter o controle da rota toda da droga. Com esse controle da rota, começam a explorar o uso da terra, a abrir pasto para atividades de loteamentos clandestinos, trazer gado, explorar o ouro. O eixo estrutu-

rador é o território.”

A pesquisa mostrou que a disputa por territórios e pelo uso do solo é o principal indutor da violência na Amazônia Legal, cuja taxa de homicídios é a mais alta do País, com 32,3 mortes para cada 100 mil habitantes, 41,5% superior à média nacional.

Tanto na região amazônica como nas demais, o problema atingiu os exacerbados níveis atuais em função de décadas de descaso por parte de lideranças de todos os setores da sociedade, com ênfase especial na classe política, mais interessada nos jogos do poder do que nas perspectivas de desenvolvimento do País em um projeto catalisador das energias nacionais, cuja ausência funciona como caldo de cultura para a proliferação da criminalidade em todos os níveis.

Uma pesquisa divulgada em agosto pela Cambridge University Press (“Criminal Governance in Latin America: Prevalence and Correlates”) estimou que nada menos que 26% da população brasileira vive em áreas sob influência direta do crime organizado, a maior proporção de toda a América Latina.

Ou seja, em uma parcela do território nacional que abriga mais de 50 milhões de pessoas, a soberania do Estado brasileiro foi “compartilhada” com as facções criminosas, que ali impõem o seu regime de extorsão e terror.

Vale registrar que o conceito de “soberania compartilhada” remonta à década de 1990, quando o então presidente francês François Mitterrand o mencionava em relação a uma alegada incapacidade do Brasil para impedir a “devastação” da Floresta Amazôni-

ca. A mesma Amazônia que tem sido enormemente prejudicada no aproveitamento dos seus vastos potenciais de desenvolvimento socioeconômico, pela adoção passiva da campanha ambientalista-indigenista internacional e sua forte influência nas políticas ambientais e de desenvolvimento nacionais. Nesta agenda, os biomas da região devem ser preservados como uma espécie de santuário vedado a toda sorte de atividades produtivas, inclusive, a implantação de infraestruturas modernas, apesar da precariedade da sua disponibilidade na região mais empobrecida e subdesenvolvida do País.

No Brasil, os adeptos dessa orientação, nos governos federal e estaduais, ONGs e até mesmo certos segmentos empresariais, salivam com a perspectiva de converter os biomas amazônicos em colaterais para “investimentos sustentáveis”. Uma possibilidade cada vez mais ilusória, dado o indisfarçável refluxo do sistema de “finanças verdes” em âmbito global.

Para a região, usando a oportuna expressão do agrônomo Alfredo Homma, da Embrapa Amazônia Oriental, a agenda do poderoso aparato internacional dedicado à instrumentalização política das causas ambientais é mantê-la submetida a um “subdesenvolvimento sustentável”.

Nesse vácuo de desenvolvimento, instala-se a violência banalizada pelo descompromisso institucional de virtualmente todas as esferas responsáveis pela vida pública nacional.

Enquanto exacerbam-se preocupações com o “arco do desmatamento”, as facções criminosas se empenham em exercer uma soberania de fato sobre vastas áreas da região. ■





Estrutura paralela e perda da soberania - o Estado terrorista do narcotráfico

A soberania é o poder de decidir sobre o estado de exceção, um poder de decretar a suspensão de todas as regras, leis e normas para defender a unidade política de uma ameaça existencial.

O poder soberano, para preservar a unidade política que fundamenta a ordem jurídica, por questão de sobrevivência, suspende a lei.

Aqui encontramos uma relação paradoxal entre direito, poder e violência: existe uma íntima relação entre o direito e a violência, pois a manutenção da lei demanda que o soberano puna o transgressor da lei, para que a lei seja a garantia da regulação das condutas e impeça a violência generalizada. Por outro lado, a violência de um inimigo externo, caso ameace a ordem política que a fundamenta, leva o soberano a decretar o estado de exceção, suspendendo a lei para que, nesse momento de crise, todos os recursos, leis e normas estejam em franca colaboração com a unidade política que fundamenta essa lei.

Se a lei não é suspensa e não é decretado o estado de exceção, essa ordem jurídica, fundamentada na unidade política, pode não retornar da suspensão, deixando de existir a unidade política.

Aqui percebemos que a violência pode fundamentar e manter o direito — através da punição ou sanção de quem desrespeita a lei —, como também pode ameaçar a ordem política, quando a violência é de um inimigo existencial.

A soberania existe para assegurar a unidade do corpo político diante de inimigos existenciais. Se a comunidade não consegue decidir quem é ameaça nem agir unitariamente, a soberania se esvazia e perde seu propósito.

Nesse sentido, o narcoestado paralelo pode ser entendido como a criação de uma nova ordem política supraestatal: primeiro há a tomada do espaço e dos fluxos — morros, vielas, rotas de moto e van, caixas de



internet e antenas —; depois vem a divisão em zonas com senhas, sinais e horários de atividades; por fim, instala-se um conjunto de regras e cobranças que se impõem pela violência e por serviços substitutos. Assim, o narcoestado já tem sua própria dinâmica de amigos contra inimigos, e uma ordem normativa com toques de recolher, “lei do silêncio” e julgamentos rápidos, que funcionam como atos decisórios. Nessa ordem supraestatal, o paradigma de governo é a exceção total: não falta norma, sobram normas sobrepostas e instáveis — a policial, a das facções ou milícias e a lógica privada de empresas e serviços —, que deixam vidas mais expostas à violência. Essa ordem supraestatal também tem regime fiscal e malha logística: cobra “proteção”, controla insumos e dados, regula transporte e comércio e usa o medo — fruto da instabilidade do paradigma de exceção — para marcar território, enquanto busca uma aparência de ordem punindo crimes comuns, resolvendo brigas e auxiliando a comunidade.

A verdade incômoda é que o Brasil, enquanto nação,

tornou-se refém do narcotráfico; sua inércia em declarar as facções criminosas como inimigas do Estado está abrindo espaço para a legalização de suas atividades, uma vez que as facções estão se infiltrando nas instituições nacionais.

Hoje, o tráfico de drogas tem um projeto para o Brasil: engolir suas instituições, legalizar e proteger suas atividades criminosas e manter, com as facções, a capacidade de exercer a violência. Se o Estado brasileiro não usar da violência que sustenta a lei para inibir o estado de exceção promovido pelo tráfico, não poderá ser considerado soberano.

Se o poder sobre a exceção e a suspensão da lei pertence a outra unidade política supraestatal, não é do Estado o poder soberano.

É preciso aniquilar o projeto político do narcotráfico, para que se possa desenvolver um projeto nacional para o Brasil. ■



Coca-Cola



FEBRABAN

A aposta da Faria Lima em uma miopia dos EUA

Na era de bets e tigrinhos, a elite financeira do Brasil também resolveu fazer uma aposta fadada ao fracasso. O XXVI Congresso Nacional do Ministério Público atraiu o apoio de um batalhão de gigantes corporativos. Coca-Cola, Caixa, Febraban, Multiplan - seus logotipos estamparam o material de divulgação. No centro do palco, um ministro sancionado pela Lei Global Magnitsky, persona non-grata para os Estados Unidos. Para os patrocinadores, o cálculo parecia simples: alinhar-se a uma das figuras mais poderosas da República.

Foi um erro de cálculo monumental, uma aposta quase risível para executivos tão experientes. Os logotipos ao lado do ministro formaram uma potencial cena de crime regulatório. Ao dar plataforma a um indivíduo sancionado pelos EUA, cada patrocinador se arriscou, de caso pensado, a ser enquadrado como cúmplice.

Para os céticos que acham que Washington não se importa com um congresso em Brasília, existe uma

história simples de entender. A história da **Gunvor**.

Nos anos 2000, a trading suíça era uma potência, em grande parte por causa de seu cofundador, **Gennady Timchenko**, um oligarca com linha direta para o Kremlin. Em 2014, quando a Rússia anexou a Crimeia, os EUA não sancionaram a Gunvor - sancionaram Timchenko pessoalmente, deixando explícito em seu comunicado que **Vladimir Putin** tinha "acesso aos fundos da Gunvor".

Esse foi o beijo da morte. A Gunvor, mesmo sem estar na lista de sanções, se tornou radioativa da noite para o dia. Nenhum banco com operações em dólar se arriscou a tocar em algo que o Tesouro americano havia marcado como uma "caixa registradora de Putin". Em uma operação de emergência, Timchenko foi forçado a vender sua participação. A empresa sobreviveu, mas teve que amputar sua identidade russa para salvar o corpo.

Mas o estigma nunca desaparece. A Gunvor em 2025, já



uma empresa completamente diferente, tenta comprar os ativos da petrolífera russa Lukoil por US\$ 22 bilhões. A resposta do Tesouro americano foi chamar a Gunvor publicamente de "fantoche do Kremlin". O negócio evaporou em questão de horas. O fantasma de Timchenko ainda assombra a empresa uma década depois.

É esse mecanismo de contaminação reputacional que os patrocinadores do congresso do MP parecem fazer de conta que não existe. A genialidade da Lei Magnitsky está na sua extraterritorialidade e no conceito de "auxílio material". Não se trata apenas de transferir dinheiro: dar um palco, emprestar credibilidade ou ter seu logotipo ao lado do sancionado são atos que colocam uma empresa na mira da OFAC.

É de se imaginar o que se passa na cabeça de um executivo que aprova um patrocínio como esse. A explicação mais provável aponta para uma espécie de provincianismo arrogante, uma crença nas ladainhas do governo de

que o poder do judiciário dentro das fronteiras brasileiras é um escudo impenetrável contra as regras do sistema financeiro global. Eles enxergam apenas um aliado no judiciário brasileiro, não um pária na lista do Tesouro americano. Confortáveis com o poder de Brasília, esqueceram que operam num tabuleiro global cujas regras são ditadas em Washington.

O poder real do Tesouro americano não está na ameaça. Está no controle burocrático do acesso ao dólar. Ele não precisa invadir seu escritório, mas pode garantir que nenhum banco atenda suas ligações.

O congresso terminou e todos voltaram para casa. Mas a aposta das empresas envolvidas é um flagrante permanente. Elas podem ter ganho alguns pontos com Brasília, mas se abriram a um risco que não pode ser mitigado por lobby ou liminar. E como tantos outros descobriram antes deles, a memória do Tesouro americano é longa, e a conta, quando chega, vem sempre em dólares. ■



A negação que mantém o país refém

Desde que Donald Trump enviou sua carta oficial em julho de 2025, anunciando o “tarifaço” de 50%, com sobretaxa punitiva de 40% sobre produtos estratégicos brasileiros, o Brasil enfrentou uma crise que vai muito além do comércio internacional. Essa sobretaxa é sintoma de um colapso político e institucional, agravado por perseguições judiciais, censura e ataques sistemáticos à liberdade, uma situação que o governo Lula e a imprensa alinhada insistem em esconder ou minimizar numa espiral de silêncio e negação. Em meio a tudo isso, comemoram uma redução simbólica da tarifa de 10%, um alívio cosmético aplicado globalmente a mais de 200 países — nada exclusivo, nem sequer efetivo para o Brasil.

Karoline Leavitt, porta-voz da Casa Branca, deixou claro que os Estados Unidos não podem pre-

miar quem destrói valores democráticos como a liberdade de expressão. Marco Rubio, secretário de Estado, reforçou que essas tarifas são resposta política, uma advertência dos EUA à continuidade de políticas autoritárias. Jamieson Greer, representante comercial dos EUA, destacou que a sobretaxa de 40% é uma resposta específica às políticas repressivas brasileiras.

Enquanto o Brasil enfrenta intensas barreiras comerciais que prejudicam seus exportadores, especialmente setores estratégicos como agricultura e indústria, a Faria Lima permanece silenciosa e inerte, sem pressionar o governo em defesa da economia real. A diplomacia brasileira, atolada em reuniões vazias e discursos sem consequência, não obteve progresso concreto junto aos EUA. E, olhando por esse ângulo, fica evidente que esse silêncio



e essa inação reforçam a certeza de que a crise institucional é a verdadeira raiz de todos os problemas. E que a anistia aos presos e condenados do 8 de janeiro é a única solução.

Tentando dar um verniz de solução, surgiu a polêmica proposta da “dosimetria” — uma redução das penas dos condenados pelos eventos do 8 de janeiro, que incluía figuras controversas da política nacional como Aécio Neves, Michel Temer e Paulinho da Força. Essas “múmias” da velha política tentaram empurrar a ideia de que uma dose de jeitinho resolveria o problema. Não passou de mais uma tentativa de varrer o problema para debaixo do tapete, evitando o enfrentamento real dos conflitos. A dosimetria foi claramente uma manobra para substituir a anistia ampla, geral e irrestrita.

O governo insiste em maquiar a realidade com dis-

ursos que desviam o foco da verdadeira crise. Essa ilusão mantém o povo numa prisão invisível criada por falsas esperanças e retrocessos. Mais que conspirar contra a verdade, essa atitude revela a face da elite política e financeira: acomodada e conivente, porque no jogo da crise e da manutenção do poder ela extrai seus lucros e privilégios.

Cada dia que passa deixa mais evidente porque não há vontade política de enfrentar a crise institucional que sustenta o “tarifaço”. Prefere-se a hipocrisia do silêncio e da propaganda do que a coragem da transparência e da ação verdadeira.

A negação persistente torna o Brasil refém de interesses que sabotam o presente e comprometem o futuro de mais de 230 milhões de pessoas. A elite política e financeira do país prefere mascarar a realidade deixando claro que não se mexe porque é parte do problema. ■



A “heresia” de pretender industrializar a Amazônia

Por: Lorenzo Carrasco e Geraldo Luís Lino

Poucas vezes a mentalidade e o modus operandi do aparato internacional que manipula as questões ambientais e indígenas para influenciar as políticas públicas no Brasil ficaram tão evidenciados como na matéria da Folha de S. Paulo intitulada “Ministro da pasta campeã de emendas para máquinas defende industrializar a Amazônia”, publicada em 15 de novembro.

Nela, o jornalista Flávio Ferreira, enviado do jornal à conferência COP30, entrevista o ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), Waldez Góes, e o questiona sobre uma reportagem anterior sua sobre a entrega pelo ministério de mais de 1.600 máquinas pesadas a municípios da Amazônia Legal por meio de emendas parlamentares desde 2015.

De acordo com a apuração, os principais distribuidores de máquinas pesadas na região têm sido o programa Calha Norte, recém-transferido do Ministério da Defesa ao MIDR, e a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), que “tiveram suas finalidades históricas desvirtuadas nos últimos anos para se tornarem os emendodutos (sic) preferenciais dos congressistas brasileiros”, sendo o MIDR “o terceiro colocado no ranking das entregas de máquinas desde 2015”.

Sob um disfarce de investigação jornalística, o autor trata com capciosidade a entrega de máquinas pesadas a uma região carente de infraestrutura moderna e que exhibe os piores indicadores socioeconômicos do País. Em muitos casos, emendas parlamentares constituem a única possibili-



dade para que prefeituras de municípios carentes de recursos próprios tenham acesso a tais equipamentos. E convenhamos que 1.648 máquinas em dez anos representam uma média de 164 por ano, que, distribuídas pelos 772 municípios da Amazônia Legal, implica um equipamento para cada cinco deles a cada ano – muito pouco para justificar um pretenso “escândalo”.

Interrogado a respeito, Waldez Góes afirmou: “Eu sempre digo que, no geral, as pessoas conhecem pouco as iniciativas governamentais, privadas e sociais da Amazônia, que têm muitas, e acabam enxergando com muita recorrência o garimpo ilegal, a pesca ilegal, o desmatamento ilegal, que também ocorrem, mas não é majoritariamente. A Amazônia está cheia de boas práticas, isso também em relação à inovação em tecnologia,

equipamentos. Você imagina a Amazônia sem pesquisa, sem tecnologia, sem inovação? Nós vamos passar mais um século sendo fornecedor de matéria-prima para a indústria paulista ou para a indústria internacional?

“Então, a gente tem que romper essas lacunas. Como é que se rompe? Nós precisamos industrializar a Amazônia. A gente precisa inovar a Amazônia. A gente precisa de tecnologia. Então, essa é a lógica.”

Na sequência, Ferreira pergunta o óbvio: “O senhor avalia que o maquinário distribuído por meio das emendas hoje é necessário para essa industrialização?” Waldez Góes continua:

“Ele é essencial. Lá no passado, sob uma lógica de ocupação da Amazônia ou de reforma agrária, fize-

ram loteamentos, são centenas de quilômetros. As pessoas que se virem para chegar com aluno na escola, que se virem para chegar uma energia lá, uma internet? E aí a ponte quebra, o prefeito não tem condições de fazer o ramal. Então eu estou olhando a política pública. Você aparelhar os municípios, aparelhar a sociedade para melhorar a condição de vida na Amazônia.

“Teve um prefeito que cometeu um erro, puna esse prefeito. Teve uma entidade que cometeu um erro, puna essa entidade. Agora, eu não posso partir da lógica que um prefeito usou uma máquina de forma indevida para acabar com a política pública que nunca aconteceu.

“Eu sou de um estado [Amapá] que tem 96% da cobertura vegetal preservada. Fui governador quatro vezes. Então, eu fui responsável ambientalmente. Mas só eu fui? Não, os outros também foram. A iniciativa privada também é. E a população tradicional também é. É a nossa cultura. Então, nós temos o direito de ter tecnologia para esse povo produzir e para as prefeituras trabalharem.”

As perguntas e as respectivas respostas expressam as visões diametralmente opostas que geralmente se verificam entre urbanóides que vivem a milhares de quilômetros e da maioria dos residentes dos estados amazônicos, que aspiram desfrutar dos benefícios de infraestruturas modernas e atividades produtivas análogas às desenvolvidas no Centro-Sul do País.

E o ministro ainda transmite uma mensagem final da maior relevância:

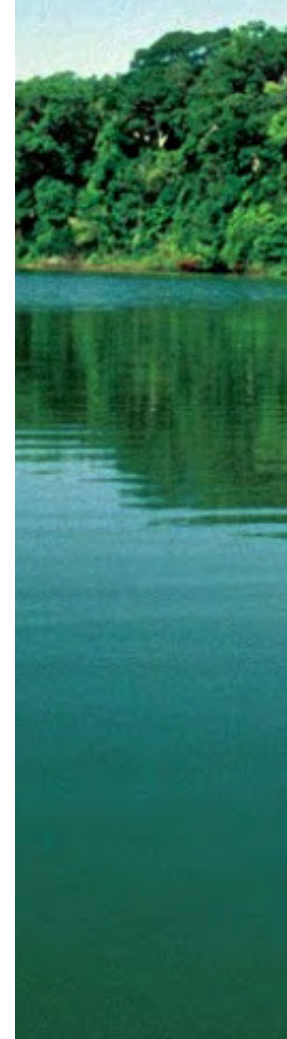
“O maior problema ambiental da Amazônia é o saneamento básico. Os nossos indicadores de saneamento básico são desafiadores. E o custo também para assim o fazer, seja a água, seja o tratamento do esgoto sanitário, seja o resíduo sólido, é muito alto. Então é preciso que

a comunidade nacional e internacional olhe para a Amazônia, quando discute a questão ambiental, não só em relação ao rio e à floresta, mas o que o saneamento básico, ou a falta dele, é capaz de provocar, tanto no rio quanto na floresta.”

Por sua vez, Flávio Ferreira não é um urbanóide comum. Além da Folha, ele também é vinculado à Rainforest Investigations Network (RIN), patrocinadora da referida série de reportagens. Segundo o seu site, a RIN “aproveita reportagens investigativas e colaboração transfronteiriças para expor a interseção das mudanças climáticas, corrupção e governança na Amazônia, Bacia do Congo e Sudeste da Ásia”.

A RIN é um projeto do Pulitzer Center, ONG norte-americana que financia projetos jornalísticos sobre diversos temas, inclusive ambientais e indígenas. Seu diretor de investigações ambientais é Gustavo Faleiros, ex-repórter do Valor Econômico, e entre os seus patrocinadores, encontramos nomes habituais da constelação de fundações privadas e agências governamentais que financia o aparato “verde-indígena” internacional: Clinton Family Fund; Ford Foundation; Gates Foundation; Betty and Gordon Moore Foundation; John D. and Catherine T. MacArthur Foundation; Agência Norueguesa para Cooperação para o Desenvolvimento (NORAD); Iniciativa Internacional Norueguesa de Clima e Florestas (NICFI); Omidyar Network; Walton Family Foundation, entre outras.

Em essência, o que Flávio Ferreira está fazendo é replicar e retransmitir o pilar central da estratégia do aparato ambientalista-indigenista globalista para a Amazônia: nada de industrialização e atividades econômicas modernas – é preciso “preservá-la” como um santuário ecológico e colateral para créditos de carbono e outros instrumentos de “finanças verdes”. ■







O Custo do Provincialismo Geopolítico

Quando se dissectiona a anatomia de um colapso de credibilidade, o observador comum tende a focar na moralidade dos atores. No entanto, essa visão ignora o mecanismo real que leva às quedas: a arrogância sem lastro. Brasília está operando exatamente como um apostador que ignora as chances da banca, colocando fichas de autoridade que não possui na geopolítica global. Eles se fizeram acreditar que a especulação jurídica que se tornou banal no Brasil construiria um país blindado às influências externas, assim como se dizia que a especulação financeira construiu a América. Mas o incidente envolvendo a Coca-Cola e o Departamento de Estado americano prova o erro dessa tese e avisa para quem quiser ouvir, que as apostas desmedidas do governo e do mercado financeiro **estão se aproximando de uma *margin call* inevitável.**

O erro das empresas que patrocinaram o evento onde um sancionado do governo americano foi a

estrela foi de cálculo, não de moral. Elas presumiram que seria apenas mais um rito institucional, um pedágio necessário para transitar na corte. Esqueceram de que, no sistema financeiro global, a radioatividade de um sancionado não respeita fronteiras nem boas intenções.

Em agosto passado, o país assistiu a mais um “passe de mágica” jurídico, onde o Judiciário decidiu que punir a Starlink (empresa A) era uma forma válida de cobrar dívidas da X (empresa B), baseando-se na premissa gasosa de um “grupo econômico de fato”. A distinção de personalidades jurídicas, pilar sagrado do capitalismo, foi tratada como detalhe, descartável pela vontade de punir. O recado foi brutal em sua simplicidade: **a propriedade privada no Brasil é uma concessão provisória do humor estatal.** As empresas que hoje correm para marcar reuniões com o Banco Central acharam que a guilhotina cairia apenas em quem se coloca no



holofote político. Ledo engano. **A jurisprudência da exceção se comporta como um gás, ocupando todo o espaço disponível.**

Isso não é o governo americano fazendo política externa: é o simples saneamento do seu sistema financeiro. As sanções secundárias atuam como um antibiótico de largo espectro que elimina não apenas o agente infeccioso, mas qualquer tecido que lhe dê sustentação.

Roberto Campos Neto agora atua também como um diplomata em zona de exclusão nuclear, tentando explicar ao capital estrangeiro que o Brasil ainda é um país viável, enquanto as instituições domésticas operam como um cassino sem regras. É um esforço de Sísifo. O investidor global olha para o Brasil e não consegue enxergar uma "democracia pujante", apenas o risco de cauda. Vê um lugar onde patrocinar uma reunião jurídica pode resultar em exclusão do sistema SWIFT. Isso afasta os investidores sérios

e atrai, infelizmente, apenas aqueles que desejam sugar a economia se aproveitando do caos social.

Se a lei no Brasil é um cadáver insepulto, manipulado para justificar caprichos, o cálculo de risco se torna impossível. A morte da lei, quando executada pelas mãos de quem deveria protegê-la, não permanece confinada ao Judiciário. Gera metástase. Contamina relações comerciais, infecta expectativas de investidores, corrói a confiança em qualquer economia minimamente sofisticada. As multinacionais aprenderão que o custo Brasil agora inclui um prêmio de risco por imprevisibilidade judiciária.

No fim, é irônico ver que a tomada do Judiciário, que se pretendia absoluta internamente, caminha para tornar o país um pária externamente. A toga pode mandar prender e soltar mas, em Wall Street, ela é apenas um item de *compliance* entre cleptocratas e regimes falidos. ■



O Estado pensado para a produção

- como o Brasil pode se reposicionar como potência produtiva e comercial

Em um mundo em plena desglobalização, em que grandes potências insistem em pregar “livre mercado” enquanto blindam seus setores decisivos com tarifas, controle tecnológico, financiamento público e padrões técnicos que viram barreiras, um país que renuncia a construir capacidade produtiva interna não escolhe eficiência: escolhe dependência. Para o Brasil — considerando seu potencial de produção, extensão territorial e densidade populacional —, política externa e política industrial precisam estar alinhadas, ainda que por duas perspectivas: por dentro, organizar as forças produtivas por meio de uma harmonia de interesses entre agentes econômicos; por fora, ampliar poder de negociação, reduzir vulnerabilidades e transformar os corredores econômicos em meios para a construção da soberania nacional.

Tudo isso começa por uma decisão política: escolher poucas capacidades estratégicas e tratá-las como compromisso de Estado, com metas, prazos e disciplina.

Bens de capital e máquinas; química e materiais; saúde e farmacêutica; defesa; infraestrutura e mobilidade; digitalização industrial e automação; refino e metalurgia avançada; processamento sofisticado do agro e da mineração — para que a riqueza deixe de sair como matéria-prima e volte ao mercado interno como importação.

Diante dessa seleção, é preciso proteger e estimular, sem lobbies e patrimonialismo, mas como contrato de harmonia entre interesses: apoio temporário atrelado a investimento, aprendizagem, produtividade e metas de competitividade. Quem não entrega perde acesso, e quem entrega ganha escala.

Para evitar captura e rentismo, o Estado precisa de governança lúcida, transparência e avaliação política — distante da neutralidade da ortodoxia econômica do Consenso de Washington —, separando apoio à capacidade produtiva de mera transferência de renda setorial. A engrenagem disso é financeira e institucional: não há



industrialização com custo de capital incompatível com investimento de longo prazo e risco tecnológico.

No melhor dos mundos, o Brasil conseguiria construir a capacidade autárquica própria de países soberanos, com um altíssimo nível de independência. Mas, para chegar a esse nível de desenvolvimento, é preciso uma arquitetura diplomática que firme parcerias estratégicas, forneça acesso à tecnologia e abra mercados de consumo.

Em síntese: é preciso pensar a diplomacia brasileira sob a perspectiva de um projeto de desenvolvimento, firmando parcerias com agentes que auxiliem nessa construção.

A neutralidade política destrói a objetividade diplomática. É preciso arquitetar uma política externa compatível com o projeto de desenvolver a indústria brasileira, o que implica abandonar o suposto “pragmatismo brasileiro” que, no fim das contas, sempre

foi entrar na arena da política internacional disposto a ser “amigo de todos”, ao custo de não ter objetivos diplomáticos de longo prazo.

Essa objetividade na agenda diplomática fará com que o Itamaraty busque reciprocidade real nas negociações. Acordos comerciais, memorandos e parcerias só fazem sentido se vierem acompanhados de acesso efetivo ao mercado, reconhecimento de certificações, cooperação tecnológica, facilitação logística e cláusulas que evitem assimetria permanente.

A estrutura estatal que dá forma ao Estado nacional brasileiro precisa harmonizar sua agenda política interna e externa.

É preciso ter coragem para usar a arena internacional para avançar com a agenda de desenvolvimento; é preciso alinhar o sistema de produção às políticas interna e externa. ■



Lula: servilismo decrépito às “finanças verdes”

“finança

Por: Lorenzo Carrasco e Geraldo Luís Lino

Em seu discurso na abertura da Cúpula de Líderes do G-20, em Joanesburgo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou uma proposta que ressalta o servilismo obsessivo dele e de seu grupo político em relação às “finanças verdes”: a troca de dívidas dos países pobres por iniciativas de desenvolvimento e ações climáticas, que, segundo ele, o G-20 deveria incentivar.

“O custo do pagamento do serviço da dívida dos países em desenvolvimento aumentou para US\$ 1,4 trilhão por ano. É mais do que o valor que o Plano de Ação de Baku a Belém tenta mobilizar para a ação climática”, disse, em referência ao plano de ação apresentado no ano passado na conferência climática COP29, no Azerbaijão, que serviu de base para as discussões na COP30, em Belém (PA) (*Folha de S. Paulo*, [22/11/2025](#)).

A sugestão se insere no contexto do indisfarçável fracasso da pauta das finanças climáticas, evidenciado em Belém. Mais uma vez, ficou patente que não haverá desembolsos financeiros a fundo perdido dos países desenvolvidos para que as nações em desenvolvimento possam adaptar-se à agenda da “descarbonização” da economia mundial, em nome da suposta emergência climática. Expectativa que, apesar de irreal, representa um dos pilares da agenda contra os combustíveis fósseis.

O documento final da conferência registra apenas a concordância em “fazer esforços” para triplicar o financiamento para a adaptação até 2035, mas sem qualquer compromisso formal quanto à origem dos valores e seu montante.



s verdes”

Da mesma forma, é incerta a viabilidade do Fundo Florestas Tropicais para Sempre, menina dos olhos de Lula & cia., para o qual pretendiam atrair pelo menos US\$ 10 bilhões de compromissos firmes em Belém e não chegou nem a US\$ 7 bilhões, em sua maioria, condicionados ao atingimento da meta original nos próximos meses.

A proposta de Lula é uma variante das trocas de dívida-por-natureza (*debt-for-nature swaps*), um dos primeiros instrumentos idealizados pelos criadores da agenda ambientalista, na segunda metade da década de 1980, para manipular a proteção do meio ambiente e dos povos indígenas como instrumentos políticos para o controle de grandes áreas territoriais, ricas em recursos naturais, subordinando a tais critérios as políticas de desenvolvimento dos respectivos países.

Seu idealizador foi o finado biólogo norte-americano Thomas Lovejoy, então no World Wide Fund for Nature (WWF), uma das ONGs integrantes do “Estado-Maior” do aparato ambientalista-indigenista internacional. Lovejoy, que foi um dos mais graduados operativos desse aparato antidesenvolvimentista, teve sua carreira estreitamente vinculada ao Brasil, um dos principais alvos da estratégia.

Portanto, não é surpresa encontrá-lo como parceiro do climatologista Carlos Nobre, outro alto operativo da “agenda verde”, com quem elaborou o falacioso conceito do “ponto de inflexão” da Floresta Amazônica, segundo o qual o desmatamento do bioma não poderia superar 20% (atualmente, 16%), sob risco de degradação irreversível para ecossistemas mais pobres em biodiversidade.

Valor

ECONÓMICO

CBA





Nobre é também um dos mais fervorosos proponentes das finanças climáticas, vendo o bioma Amazônia como um importante “colateral” (“floresta em pé”) para a atração de investimentos orientados por critérios de “sustentabilidade”. Em Belém, considerou como “traição” a ausência no documento final da conferência de um “mapa do caminho” para a redução do uso dos combustíveis fósseis e do desmatamento.

Por outro lado, as *debt-for-nature swaps* nunca chegaram a ganhar uma grande escala como instrumentos financeiros da agenda ambientalista. Segundo estimativas, entre 1987 e 2021, apenas 145 acordos do tipo foram estabelecidos, na África, América Latina e Caribe, totalizando US\$ 3,7 bilhões de dívida em valor nominal (os títulos reais sempre são negociados com grande deságio).

No Brasil, há registros de apenas dois acordos: um em 2002, no valor de US\$ 2,2 milhões, com a ONG The Nature Conservancy; e outro em 2010 com o governo dos EUA, de US\$ 20,8 milhões.

Os valores citados nos mirabolantes planos de Lula e seus tecnocratas (além da militância ambientalista e não poucos representantes dos setores produtivos) para a consolidação do Brasil como “potência ambiental” são várias ordens de grandeza maiores. De fato, sonham com atrair “investimentos verdes” na casa das centenas de bilhões de dólares/euros, em créditos de carbono, energia limpa (eólica, solar, hidrogênio verde etc.) e outros setores.

Planos que revelam uma visão retrógrada das perspectivas de desenvolvimento do País, reflexo de um vício histórico de acomodação à produção de commodities – agora, acrescidas de rótulos esverdeados –, enquanto a economia se reprimariza, perde complexidade e capacidade de agregação de valor, e reforça uma estagnação de quatro décadas na “armadilha da renda média”.

E, no caso atual, também um reflexo da decrepitude de uma liderança política míope e autoconfinada em negociatas restritas ao jogo do poder pelo poder. ■



SEGURANÇA PÚBLICA E CRIME ORGANIZADO

A análise de novembro sobre segurança pública expõe a consolidação de um narcoestado institucionalizado, onde facções criminosas criam zonas de exclusão narcoterroristas e submetem populações a regimes de exceção, comparáveis a campos de concentração. A omissão do governo federal diante da violência urbana e a cumplicidade do sistema financeiro com o crime organizado revelam uma aliança que lucra com o medo e a desordem, transformando o Brasil em um território entregue ao tráfico. No Brasil, essa dinâmica se manifesta na perda de soberania territorial e na exclusão de cidadãos de direitos básicos, evidenciando uma manipulação deliberada que prioriza a repressão política sobre o combate ao crime, criando uma pluralidade de vidas indignas.

RESUMO GERAL

POLÍTICA E ECONOMIA NACIONAL

SOBERANIA NACIONAL E INFLUÊNCIA EXTERNA

6

SEGURANÇA PÚBLICA E CRIME ORGANIZADO

TECNOLOGIA E GUERRA DE INFORMAÇÃO

05/Novembro Do dever de se indignar



07/Novembro O que falta para ser terrorismo no Brasil?

14/Novembro A paz do país é perdida pela covardia

16/Novembro O Brasil sob domínio do medo - a estrutura que mantém o sistema de pé

18/Novembro A inércia da oposição diante da perda da soberania

21/Novembro Narcopoder — paradigma de governo extraoficial



Do dever de se indignar

De um lado, o grito de um pai que clama por justiça e diz, a quem quiser ouvir, que “o governo tem que fazer alguma coisa”. Do outro, o mesmo governo, na figura do Presidente da República, diz ser “desastrosa” a maior operação contra o crime organizado na história do Rio de Janeiro. Entre os cidadãos que frequentemente são vítimas do crime e a análise política do Planalto, existe um abismo intransponível que revela a existência de dois Brasis distintos, e a desconexão total entre o país da elite e o país vivido pelo povo.

As pesquisas expuseram a dimensão deste divórcio de realidades. Um levantamento mostrou que **87,6% dos moradores de favelas do Rio de Janeiro apoiam a megaoperação** que o Presidente da República condenou. **57% dos moradores de toda a região metropolitana do Rio consideraram a ação um sucesso.** Estes números são o reflexo de um anseio de-

sesperado por ordem, por liberdade de viver em um país que entenda o tamanho do poder que o narcotráfico tem sobre as pessoas. É um suspiro de alívio de uma população que tem 1 entre 4 de seus compatriotas vivendo sob o controle do crime. O cidadão comum, refém diário da barbárie, sentiu por um breve momento que o Estado estava ao seu lado.

É por isso que a reação do governo federal diante disso é tão sintomática. Ao chamar a operação de “matança” e colocar em dúvida o trabalho de todo o sistema de segurança do RJ, o governo não invalida só a ação heróica das forças policiais, mas o alívio sentido por milhões de brasileiros. A mensagem é clara: a sua sensação de segurança está errada, a sua indignação contra o crime é um sentimento autoritário e a sua vontade por ordem no dia a dia é um desvio de caráter. O Estado, sob esta gestão, claramente não quer



ser um protetor dos mais pobres, mas um palestrante que ensina ao povo que o que ele sente é errado.

Como não poderia deixar de ser, o cálculo por trás dessa postura é mesquinho. Pesquisas internas do governo trabalham com uma premissa cínica: eles acreditam que a médio prazo, a avaliação positiva da operação “tende a se reverter”. A aposta do governo é no esfriamento da revolta do povo com o crime. Eles contam com o esquecimento da indignação popular. Contam que a morte de inocentes nas mãos dos bandidos se torne novamente apenas estatística e que a memória do alívio no Rio se dissipe.

É precisamente essa estratégia que o povo deve combater com unhas e dentes. O esfriamento da revolta da população com o crime é tudo o que o poder e o crime desejam. Um povo anestesiado, que normaliza a violência e aceita passivamente a tutela ideológica

de quem vê humanidade em terroristas que transformam a vida de cidadãos comuns em um inferno. Para os donos desse sistema, um povo paciente com o crime é fácil de ser dominado; seja por dois caras numa moto, seja por um político em Brasília.

A indignação que os pais das vítimas diárias do crime expressam em seus prantos, além de ser um direito deles, é um dever cívico nosso. Manter essa chama acesa é a única barreira contra a necrose moral que o sistema que tomou conta da imprensa, da educação, da cultura e da política tenta nos impor. Permitir que essa indignação se apague é assinar um pacto tácito com a barbárie e com aqueles que, por cálculo político ou afinidade ideológica, tornam-se seus fiadores. Se o povo sentiu algum alívio com um pequeno vislumbre de como pode ser um Brasil que enfrenta o crime, que não peça desculpas por isso. Pelo contrário, que exija cada vez mais ações semelhantes. □



O Que Falta para Ser Terrorismo no Brasil?

O Terror Sem Ideologia: Quando o governo diz que facções não são terroristas por "falta de viés político", o problema deixa de ser semântico e passa a ser moral e institucional.

O secretário nacional de Segurança Pública acredita que as facções não podem ser classificadas como terroristas porque "não têm viés político". O argumento expõe a fantasia de que o terror precisa de ideologia, quando o que define o terror é o poder de paralisar o Estado e governar no lugar dele.

Facções não pregam, mas impõem. Não disputam voto, mas controlam território. Não fazem campanha, mas administram bairros inteiros, cobram imposto, regulam transporte, aplicam penas, expulsam moradores e decidem quem vive e quem morre. Chamam isso de crime organizado. Sempre foi terrorismo.

A recusa em chamar o problema pelo nome não é semântica — é escolha política. Porque reconhecer facções como terroristas abriria caminho para outro tipo de enfrentamento: o que exige articulação de inteligência, integração com forças armadas e tratados internacionais de repressão a redes transnacionais. O governo prefere a zona cinzenta, onde o crime pode ser tratado como questão social e o Estado como vítima impotente.

O secretário teme que a classificação como terrorismo "vulnerabilize" o Brasil diante de pressões externas. Mas nenhuma pressão externa fragiliza tanto quanto permitir que organizações criminosas funcionem como governos paralelos dentro de suas fronteiras. Nenhum inimigo estrangeiro nos submete tanto quanto as facções que controlam territórios urbanos inteiros sem resistência efetiva.



É a confusão de sempre: o receio de admitir que o problema interno já é de natureza geopolítica. O narcotráfico e as milícias não são fenômenos locais, mas redes que atravessam fronteiras, movimentam bilhões e corrompem instituições. Fingir que se trata de mera criminalidade doméstica é fechar os olhos para a infiltração de poder que já atinge o próprio Estado.

Quem mora nas periferias vive sob lei própria. A ausência do Estado não é mais omissão — é substituição. O crime já ocupa funções de polícia, juiz e governo. E quando o governo insiste em discutir "viés político", mostra que perdeu o fio da meada: soberania é controle de território, e hoje há partes do Brasil onde o Estado já não manda há muito tempo.

Pedir "menos ideologia" virou o gesto mais ideo-

lógico. Ele esconde a escolha política de não confrontar estruturas que governam na sombra. Chamar facção de "organização criminosa comum" é como chamar guerra de "conflito local": a linguagem da capitulação.

A fragilidade do Estado não se mede apenas por déficits fiscais ou crise de representação, mas pela perda da autoridade sobre o próprio território. Onde o crime dita regras, o Estado é tolerado como convidado — não reconhecido como soberano. E quando essa inversão se naturaliza, o país passa a negociar com o caos como se fosse parte da ordem.

O crime não precisa de discurso para ser regime. Ele já governa onde o Estado se retirou. E quanto mais o poder público evita nomear o inimigo, mais o inimigo se fortalece — até se tornar inegociável. □



A paz do país é perdida pela covardia

As autoridades de Brasília parecem sofrer pesadelos nas últimas semanas. Talvez só isso explique o porquê eles continuem a se perder em semânticas para evitar uma única palavra: terrorismo. A recusa deliberada em nomear as facções criminosas que aterrorizam o Brasil é o sintoma mais agudo de um projeto de poder que, para se sustentar, precisa manter a nação em um estado de cárcere psicológico perpétuo, evitando que qualquer chance de resgate veja a luz do dia.

Depois de décadas trabalhando em um projeto de poder de raiz marxista, o PT chegou muito perto de redefinir a criminalidade não como uma ameaça à ordem, mas como consequência inevitável da desigualdade social. Nessa moldura, o criminoso é a vítima, e o Estado e a população devem dialogar e entender o lado do crime. Olhando por esse prisma ideológico se entende a resistência do governo Lula em classificar as facções pelo que elas são.

O ministro Ricardo Lewandowski, ao afirmar que a medida representaria um "grave risco à soberania nacional", não defende o Brasil, mas a narrativa que permitiu a ascensão do seu grupo político. E o ministro Fernando Haddad, ao ecoar temores sobre o sistema financeiro, revela o mesmo pavor: admitir o terrorismo interno seria admitir a leniência do projeto progressista com o crime.

Se a postura do governo é ao menos coerente com seu passado, a omissão da suposta oposição é um espetáculo de covardia. O projeto relatado por um parlamentar do Partido Progressistas representava a oportunidade de ouro para romper com o consenso pró-crime que Brasília segue. Mas o relator evitou dar o passo decisivo. O PP, que em teoria deveria encarnar um viés conservador, preferiu a segurança das negociações de sempre à incerteza de um confronto à favor do povo. O centrão se mostrou cúmplice do status quo que, para parte expres-



siva da direita brasileira, serve apenas como manutenção do poder dos políticos.

E não podemos esquecer da elite financeira da Faria Lima, que encena uma normalidade assustadora em frente à dissociação moral que o país escancara dia após dia. A "normalidade" do mercado mascara a cumplicidade com a erosão do próprio Estado que garante os seus lucros, ignorando a possibilidade de que um país melhor é possível. Visualize um cenário em que o presidente Jair Bolsonaro estivesse hoje na presidência. Liberto das amarras ideológicas da esquerda, o alinhamento com os Estados Unidos seria imediato e estratégico. A classificação das facções como grupos terroristas seria o pilar de uma aliança em prol da segurança nacional. O Brasil teria a chance de trabalhar lado a lado ao exército mais poderoso do planeta para aniquilar o inimigo interno que ameaça a própria existência do Estado.

Com acesso a sanções financeiras internacionais, inteligência e cooperação militar, o Brasil teria, pela primeira vez, a oportunidade de lançar uma ofensiva definitiva contra sua principal mazela. O que hoje é chamado de "risco de intervenção" seria a via para reafirmar a nossa soberania perdida para o crime.

A recusa em travar uma guerra real contra as facções é a pedra angular que sustenta o castelo de cartas da hegemonia progressista. A omissão do governo, a inoperância do centro e a indiferença da Faria Lima não são fenômenos isolados, são manifestações distintas da mesma doença: um país cujas elites perderam a coragem de defender o povo.

Romper com essa espiral de decadência exige mais do que homens tímidos e palavras vazias, exige uma virada conservadora que recoloca a ordem como valor inegociável e a soberania como um bem a ser defendido com força, sem eufemismos. □



O Brasil sob domínio do medo

– a estrutura que mantém o sistema de pé

Os campos de concentração que marcaram o século passado são estudados como fato histórico ou como uma espécie de forma final de um eterno fascismo.

Nossa intelligentsia posa como classe combatente desse eterno fascismo e de qualquer fragmento de nazismo que ameaça constantemente retornar.

Mas jamais as vozes públicas do debate nacional esboçaram estudar ou compreender o paradigma político-jurídico que possibilitou a estruturação de campos de concentração.

Os criminosos de alta periculosidade hoje, no Brasil, estão mais revestidos de direitos, amparo legal e dispositivos processuais de garantia da isonomia, o que mostra a necessidade de uma ordem política que garanta a suspensão de direitos, tribunais de exceção e uma polícia imune aos órgãos de vigilância e justiça.

Um sistema complexo como os campos de concentração,

que possibilitaram os massacres administrativos nazistas — como já anuncia o termo de Hannah Arendt: o massacre é técnico, administrado e sistemático —, não subsistiria na barbárie total, em um caos privado de instituições, mas em uma ordem política onde as instituições são uma casa de máquinas amoral, governada por tiranos desumanos que comandam o massacre de seus altos postos.

É necessário um arranjo institucional que não diferencie o político do policial, o exercício do poder soberano fundamentado no poder nacional e o poder policial que vigia, pune e sanciona segundo seu cânone jurídico.

O campo de concentração é o espaço político onde o poder policial é absoluto: o guarda, a polícia especial e o carcereiro exercem o poder sobre o interno do campo, que está despido de todos os direitos. Em certo sentido, o interno do campo de concentração é um homo sacer: uma vida matável, desprovida de direitos e proteção das instituições — inserida na ordem política exclusivamen-



te para a exclusão de seus direitos.

Se o campo de concentração demanda uma burocracia organizada para administrar o massacre e um espaço político que institui um poder soberano e a exclusão de direitos, estariam muito longe as favelas dos campos de concentração?

O morador da favela que está sob jurisdição da burocracia do crime não seria uma vida sem direitos, uma espécie de homo sacer diante da facção dominante?

Moradores usados como escudos humanos, coagidos, ameaçados ou obrigados a fugir para não ter parte nos crimes das facções, não são sujeitos excluídos de seus direitos? Não estão igualmente sob exclusão de direitos diante das estruturas de governança do narcoestado?

Quando tal engenharia de exceções se estabiliza — tornando-se o método de governo da burocracia da facção

—, o ilícito deixa de parasitar a ordem e passa a disputá-la, instaurando uma legalidade alternativa que redefine pertencimento, tributação e adjudicação.

Dizer que se trata de terrorismo não é exagero retórico, mas de reconhecimento do núcleo do fenômeno: violência sistemática, publicamente exibida e orientada a remodelar a ordem política.

A resposta adequada, por sua vez, não pode aceitar a naturalização da exceção — nem da parte criminosa, nem do próprio Estado. Requer recompor a unidade decisional legítima e a vigência ordinária da lei nos territórios concretos; proteger e fortalecer as mediações sociais que ancoram a autoridade; restaurar a previsibilidade normativa e a proximidade institucional com a vida comum.

A verdade inconveniente é que moradores das favelas são igualmente excluídos de direitos, tanto quanto os internos de um campo de concentração nazista. □



A inércia da oposição diante da perda da soberania

Um dos maiores problemas da República brasileira é, indiscutivelmente, a perda da soberania do Estado brasileiro para as facções criminosas. Estas já exercem influência sobre as instituições nacionais silenciosamente — o que é muito mais grave do que a influência pública dos acordos entre facções e poder público, em nome da manutenção da ordem social —, fazendo do Estado brasileiro ora cúmplice do narcotráfico, por terem interesses em comum, ora chantageado, agindo sob coação.

Nenhuma voz da grande mídia teve a capacidade de associar a postura diplomática brasileira diante da crise da Venezuela à infiltração institucional que o narcotráfico produziu nas últimas décadas.

Não parece coerente que a liderança democrática do Sul Global faça todo o possível para que nada seja fei-

to contra um narcoestado que é sustentado por cartéis e milícias.

A naturalidade com que as vozes do debate público brasileiro tratam criminosos e os métodos absurdos de combate ao crime que a esquerda progressista promove deixam claro que é preciso uma mudança de paradigma no debate público nacional.

A operação contra o narcoterrorismo foi tolerada pela mídia e pelas instituições porque o custo político diante da população seria enorme, e a operação tornou-se pauta no debate público popular e oficial no Brasil. Porém, essa bem-sucedida operação não garante uma mudança no quadro geral da segurança pública nacional, pois não existem fundamentos para uma mudança na política de combate ao crime organizado.



O crime organizado não foi derrotado no debate público, na mídia, nas instituições políticas e no Judiciário. Momentaneamente, a materialidade da aprovação da operação pela população forçou o estamento a adotar uma postura tolerante para com o combate ao crime. Mas essa tolerância não será mantida e sequer escalará para uma guerra efetiva contra o crime organizado sem uma atuação política metódica.

A direita brasileira promove a autocastração com conflitos por espaços na máquina pública, popularidade e prestígio diante do eleitor, quando o momento demanda ação coordenada contra a criminalidade.

É necessário um debate mais qualificado, substancial e claro a respeito da perda da soberania do Estado. É preciso resgatar a memória histórica a respeito do nascimento e ascensão das facções criminosas e do PT.

Hoje não existem leis que tipificam e sancionam o atual estágio de aparelhamento, domínio territorial e pilha-

gem de empreendedores.

Se o mesmo esforço para desgastar Bolsonaro e se posicionar como herdeiro do espólio do bolsonarismo fosse empregado no combate às facções criminosas, nessa janela de oportunidade, avanços substanciais contra o crime organizado poderiam ser feitos.

É visível que, na mídia tradicional, os faccionados foram veementemente defendidos, que a grande maioria dos intelectuais públicos categoriza como absurda a operação e que todo o discurso permitido no debate público nacional fomenta um combate indireto através da educação e de oportunidades de trabalho, tratando qualquer tentativa de enquadrar essa guerra dentro de suas proporções como genocídio contra pobres desafortunados.

Sem ação coordenada da oposição, os narcoterroristas continuarão avançando sobre as instituições e sobre o Brasil. Será que o interesse em herdar o espólio de Bolsonaro é maior do que o ímpeto de reconstruir o Brasil? □



Narcopoder

– paradigma de governo extraoficial

Para compreender a política, é necessário entender quem está no comando, quais grupos, pessoas ou instituições estão promovendo uma determinada agenda.

Para que um determinado grupo esteja no comando, é necessário que sua autoridade ou meios de coerção sejam respeitados e temidos; sua capacidade de sancionar precisa ser maior do que a capacidade dos comandados de se evadirem.

Para compreender essa dinâmica, é preciso entender o conceito de poder, seu exercício e sua natureza.

Poder é, ao mesmo tempo, a capacidade de fazer com que outros obedeçam e a aptidão de produzir efeitos desejados no mundo; ele se manifesta quando uma vontade consegue transformar intenções em resultados e, para isso, combina instrumentos diferentes: a coerção que intimida e sanciona, os incentivos materiais que abrem ou

fecham caminhos econômicos e a formação de crenças que molda o que as pessoas consideram legítimo, verdadeiro e desejável. Há um “poder sobre”, que submete pessoas, e um “poder para”, que habilita a realização de fins; regimes duradouros nascem quando esses dois planos se entrelaçam e quando os tipos de poder — coercitivo, econômico e ideológico — se reforçam mutuamente.

A diferença entre autoridade e poder importa: autoridade é reconhecimento, adesão voluntária; poder é comando efetivo, que pode dispensar o reconhecimento e a legitimidade. Os romanos diferenciavam o auctoritas de potestas, o poder oficial da influência real. Potestas define os poderes formais e estabelecidos de forma oficial, como o exercido por magistrados e cônsules. Mas o Senado é detentor das auctoritas, ou seja, a influência real dos conselheiros e guardiões da tradição na república.

Hoje, essas distinções são mais opacas, obscuras — jus-



tamente porque os poderes oficiais tentam evocar toda a legitimidade sobre a ordem social, colocando-se acima da família, da igreja e das demais lideranças —, e é preciso reconhecer que, atualmente, predomina o exercício bruto e impessoal do poder.

Quando se compreende que o poder molda a ordem política nacional e é o fator determinante na vitória ou derrota no embate da tensão política, o conflito nos parlamentos, órgãos multilaterais etc., passa a ser visto com outros olhos.

Se a pergunta for sobre quem, no Brasil, tem a capacidade de ser imediatamente obedecido, é impossível que o narcotráfico não surja como resposta. Ameaças de execução, poderio bélico superior ao de pequenos Estados da América Latina e lucros exorbitantes fazem das organizações narcoterroristas um dos grupos com maior capacidade de obter obediência em todas as camadas sociais do país.

Ao analisar a vizinha Venezuela e observar como o regi-

me sustenta a obediência do povo e mantém seu arranjo institucional em pé, nota-se a ausência de um conceito que nomeie essa forma de exercer o poder.

A Venezuela sustenta seu regime apoiada em milícias de narcoterroristas e obtém a obediência pela opressão que esses terroristas exercem sobre a população, ainda contando com essas milícias para vigiar suas fronteiras.

Já não se trata de um Estado constitucional, autônomo e com exército regular. A Venezuela — assim como várias regiões brasileiras dominadas por facções — vive um regime de exceção, em que o poder é diluído pelas armas de narcoterroristas, mas paradoxalmente centralizado na figura de um ditador que mantém o controle desses grupos.

O que sustenta o regime venezuelano e cria núcleos paralelos no Brasil, não poderia ser considerado um poder extraoficial organizado conforme os interesses dos narcoterroristas? Não seria possível chamar tal fenômeno de um “narcopoder”? □



TECNOLOGIA E GUERRA DE INFORMAÇÃO

A seção de novembro revela a recalibração estratégica do Estado brasileiro na implementação do dinheiro digital, evidenciando o avanço gradual de mecanismos de controle financeiro e erosão da autonomia individual sob o pretexto de eficiência e inclusão. A análise demonstra como essa transição geopolítica fragiliza modelos de governança impostos ao Brasil, abrindo espaço para questionar a subordinação a projetos estrangeiros que inibem o desenvolvimento soberano. Ao seguir o rastro das influências externas, fica evidente que o controle estatal não pode se limitar a narrativas ideológicas, exigindo uma abordagem que confronte a cumplicidade de atores globais que lucram com a paralisia produtiva.

RESUMO GERAL

POLÍTICA E ECONOMIA NACIONAL

SOBERANIA NACIONAL E INFLUÊNCIA EXTERNA

SEGURANÇA PÚBLICA E CRIME ORGANIZADO

1

TECNOLOGIA E GUERRA DE INFORMAÇÃO

10/Novembro O Drex e a recalibração do controle estatal





O Drex e a recalibração do controle estatal

A recente decisão do Banco Central de desligar o Drex após quatro anos de testes foi amplamente festejada nas redes como um recuo (ou até fracasso!) do projeto da moeda digital brasileira. Mas quem leu nas entrelinhas viu que não se trata de um abandono da ambição de controle do estado, mas de um simples reposicionamento tático para alcançar os mesmos fins por vias mais eficazes.

O suposto "fim" do Drex é um recálculo estratégico dentro de um projeto de longo prazo que tem por fim substituir a autonomia individual pela dependência do Estado. A justificativa oficial de "inadequação da blockchain" não nega os objetivos finais do projeto, mas reafirma a busca por infraestrutura mais robusta e blindada à contestações.

Nenhum movimento hegemônico avança de forma linear. Eles absorvem os contratempos, aprendem com as resistências e se adaptam. A decisão de "recomeçar do zero", agora priorizando os casos de uso da

Open Finance e Pix, não representa desistência e sim consolidação. É um movimento de integração das ferramentas já naturalizadas do sistema financeiro, o que vai tornar a adoção do 'novo Drex' mais orgânica e, por isso, menos vulnerável às críticas.

O dinheiro programável materializa digitalmente o que muitos de nós lemos nos contos de George Orwell sobre o "controle onipresente". Quando o Estado tem a capacidade técnica de rastrear, restringir e até expirar recursos financeiros - possibilidade admitida por um executivo do Itaú envolvido no projeto, aliás -, nós testemunhamos uma reengenharia radical do conceito do que é liberdade para o cidadão. A privacidade financeira, pedra angular da autonomia, está sendo sacrificada no altar da "eficiência" e da "inclusão" ao redor do mundo, sustentada pela retórica dos projetos globalistas.

É fácil imaginar, com o implemento de um Drex, um



benefício social programado para comprar apenas alimentos da cesta básica em raio de 5km da sua casa. Ou uma doação política bloqueada automaticamente por causa da posição do político em questão. Ou uma conta congelada por "comportamento inadequado do titular", sem definição clara do termo. Esses exemplos não são distopias, são funcionalidades técnicas já disponíveis no sistema do Drex que foi descartado.

Um programa como este não surge do vácuo. É fruto de uma longa marcha institucional que, por décadas, buscou moldar o Estado segundo a visão globalista de mundo. A ideia de que o cidadão não é capaz de gerir a sua vida financeira sem a ajuda do estado tem origem no paternalismo progressista que é tão embrenhado no sistema político brasileiro. A tentativa frustrada de vigiar o Pix foi um ensaio; o Drex seria o palco principal. A narrativa de "combate às fake news"

associada a estes projetos prepara o terreno para um sistema onde a dissidência é punida com exclusão financeira, a versão digital da morte civil.

A pausa aparente no Drex não foi uma vitória da liberdade, mas um momento de consolidação estratégica dos totalitários de plantão. O governo e seus aliados tecnocráticos não desistiram, apenas reconheceram a necessidade de uma abordagem mais gradual e menos evidente.

Por isso se torna cada vez mais necessária a defesa intransigente do dinheiro físico, o dinheiro que você tem nas suas mãos, que existe no mundo real. O fim do Drex na sua forma atual é apenas um pequeno capítulo encerrado em uma guerra muito mais longa pela autonomia brasileira. A luta pelo controle do dinheiro é, ao fim e ao cabo, a luta pelo controle da autonomia da sua própria vida. ■